

**FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

AGILMAR ANECIO TON

**ENSINO RELIGIOSO EM CARIACICA: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO  
PROFESSOR E A VISÃO DOS ALUNOS EM RELAÇÃO À DISCIPLINA**

Vitória  
2014

AGILMAR ANECIO TON

ENSINO RELIGIOSO EM CARIACICA: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO  
PROFESSOR E A VISÃO DOS ALUNOS EM RELAÇÃO À DISCIPLINA

Trabalho final de Mestrado Profissional para  
obtenção do grau de Mestre em Ciências das  
Religiões. Faculdade Unida de Vitória, Programa de  
Pós-Graduação. Linha de Pesquisa: Religião e  
Esfera Pública.

Orientador: Francisco de Assis Souza Santos

Vitória

2014

Ton, Agilmar Anecio

Ensino religioso em Cariacica / Formação pedagógica do professor e a visão dos alunos em relação à disciplina / Agilmar Anecio Ton. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014. xii, 85 f. ; 31 cm.

Orientador: Francisco de Assis Souza dos Santos

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

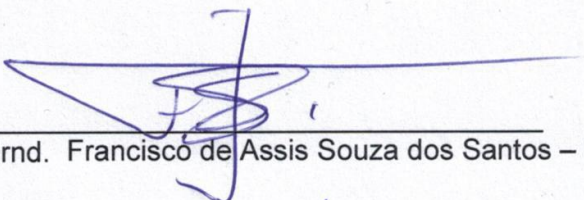
Referências bibliográficas: f. 81-86

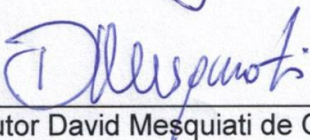
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso. 3. Ensino religioso no município de Cariacica. 4. Disciplina de ensino religioso. 5. Formação do professor. - Tese. I. Agilmar Anecio Ton. II. Faculdade Unida de Vitória, 2014. III. Título.

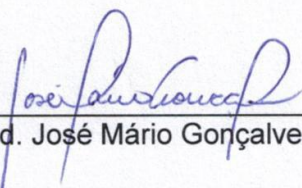
AGILMAR ANECIO TON

**ENSINO RELIGIOSO EM CARIACICA: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO  
PROFESSOR E A VISÃO DOS ALUNOS EM RELAÇÃO À DISCIPLINA**

Dissertação para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências das Religiões no  
Programa de Mestrado Profissional em  
Ciências das Religiões da Faculdade Unida  
de Vitória.

  
Drnd. Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA (presidente)

  
Doutor David Mesquiati de Oliveira – UNIDA

  
Drnd. José Mário Gonçalves – UNIDA

“O que segue a justiça e a bondade achará a vida, a justiça e a honra”

(Provérbios 21:21)

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os professores do curso de Ensino Religioso, pelo apoio e dedicação prestados.

Aos familiares pela colaboração, apoio e incentivo em todas as horas presentes na alegria e apoio nas dificuldades.

À minha querida e amada esposa Ana, pelo apoio e incentivo.

A Dagmar Maria de Oliveira, Diretora da escola EMEF Hilário Vieira da Silva, pelo apoio e compreensão no momento em que estive encerrando as minhas atividades na descrição da dissertação.

A Maria Tereza Marianelli Romanha, Pedagoga da escola EMEF Hilário Vieira da Silva, pelo apoio pedagógico, na fase final das atividades da descrição da dissertação.

A então, Sub-secretária para assuntos pedagógicos Patrícia Gomes Rufino Andrade, e a Gerente de Ensino Eliane Moura Littig Milhomem de Freitas, que foi minha Coordenadora da Formação Continuada dos professores do Ensino Religioso, no qual me recordo com muito carinho e saudade.

Dedico esta dissertação aos profissionais do Ensino Religioso, pela colaboração, apoio e incentivo, que, neste momento, são lembradas com gratidão.

## RESUMO

O objetivo do estudo é analisar a formação pedagógica do professor da rede de Ensino Religioso (ER), e a visão do aluno da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) - Hilário Vieira da Silva, localizada em Cariacica-ES, em relação a essa disciplina. Para a realização da pesquisa, utilizaram-se as técnicas de pesquisa: descritiva, exploratória, bibliográfica, estudo de caso e de campo. Na pesquisa de campo utilizou-se a técnica de coleta de dados, por meio de entrevistas com intuito de analisar a formação pedagógica do professor da rede de ensino disciplina ER, no sistema municipal de ensino de Cariacica-ES, e a visão do aluno em relação à essa disciplina. O universo da pesquisa abrangeu um total de 34 (trinta e quatro) professores e 154 (cento e cinquenta e quatro) alunos do 6º ao 9º. Após a coleta de informações provenientes das entrevistas, constatou-se que a disciplina de ER é componente facultativo no currículo da escola e traz uma reflexão necessária para a formação do ser humano a partir das perspectivas e desafios contemporâneos. Ao tratar-se da EMEF - Hilário Vieira da Silva, foi possível verificar que os professores lidam com alunos desinteressados e rebeldes e revelam que uma sensação de perda de autoridade tem sido grande e generalizada. Os alunos se revelam com falta de interesse nas aulas mas destacou-se que ficam mais motivados quando o professor utiliza uma didática mais ilustrativa, com vídeos e exposições. O interesse por parte do aluno existe mas há necessidade de se romper a premissa de que para ensinar deva-se estar dentro da sala de aula. No entanto, ao estar em uma sala de aula e ministrar a disciplina de ER, o professor deve buscar por uma maior autonomia, utilizar uma didática de ensino que tenha foco no pensamento de cada aluno, fazendo com que haja interatividade grupal, participação das discussões, sempre atribuindo o respeito quanto à opinião e a realidade de cada aluno.

Palavras-chave: Cariacica; Disciplina; Ensino Religioso; Formação do Professor.



## RESUMEN

El objetivo del estudio es analizar la formación pedagógica del profesor de la asignatura Enseñanza Religiosa (ER), en la Escuela Municipal de Enseñanza Fundamental (EMEF) - Hilário Vieira da Silva, ubicada en Cariacica-ES, y la visión del alumno en relación a esa asignatura. Para la realización de la investigación, utilizaron las técnicas: descriptiva, exploratória, bibliográfica, estudio de caso y de campo. En la investigación de campo se utilizó la técnica de colecta de datos, por medio de encuestas con intuito de analizar la formación pedagógica del profesor de la asignatura ER, en el sistema municipal de enseñanza de Cariacica-ES, y la visión del alumno con relação a esa asignatura. El universo de la investigación abarcó un total de 34 (treinta y cuatro) profesores y 154 (ciento cincuenta y cuatro) alumnos del 6° al 9°. Después de la colecta de informaciones provenientes de las encuestas, constató que la asignatura de ER es componente facultativo en el currículum de la escuela y trae una reflexión necesaria para la formación del ser humano a partir de las perspectivas y desafíos contemporáneos. Al tratarse de la EMEF - Hilário Vieira da Silva, fue posible verificar que los profesores lidian con alumnos desinteresados y rebeldes y revelan que una sensación de pérdida de autoridad ha sido grande y generalizada. Los alumnos se revelan con falta de interés en las clases pero se destacó que quedan más motivados cuando el profesor utiliza una didáctica más ilustrativa, con vídeos y exposiciones. El interés por parte del alumno existe pero hay necesidad de romper la premisa de que para enseñar debe de estar adentro de la clase. Por lo tanto, al estar en una clase y ministrar la asignatura de ER, el profesor debe buscar por una mayor autonomía, utilizar una didáctica de enseñanza que tenga atención en el pensamiento de cada alumno, para que tenga interatividad grupal, participación de las discusiones, siempre atribuyendo el respeto cuanto a la opinión y la realidad de cada alumno.

Palabras-clave: Cariacica; asignatura; Enseñanza Religiosa; Formación do Profesor.

## **ABSTRACT**

The aim of the study is to analyze the pedagogical formation of teachers of the discipline Religious Education (RE), in the Municipal Primary School (EMEF) - Hilário Vieira da Silva, located in Cariacica-ES, and the vision of the student in relation to this discipline. To conduct the survey, we used the techniques of research: descriptive, exploratory, literature, case studies and field research. In the field research, we used the technique of collecting data through interviews with a view to analyzing the pedagogical formation of teachers of the discipline RE, in the municipal education system at Cariacica-ES, and the vision of the student in relation to this discipline. The research universe covered a total of 34 (thirty four) teachers and 154 (one hundred fifty-four) students from 6th to 9th grade. After collecting information from the interviews, it was found that the discipline of RE is optional component in the school curriculum and brings a necessary discussion for the formation of the human being from the perspectives and contemporary challenges. About the EMEF - Hilário Vieira da Silva, we found that teachers deal with uninterested students and rebels and reveal that a sense of loss of authority has been high and widespread. Students show a lack of interest in class but stood out that are more motivated when the teacher uses a more illustrative teaching with videos and exhibitions. The interest from the student exists but there is necessary to break the premise that teaching should be in the classroom. However, to be in a classroom and teach the discipline of RE, the teacher should look for greater autonomy, using a didactic teaching that has focused on thinking of each student, so that there a group interaction, participation in discussions always giving the respect about the view and the reality of each student.

**Keywords:** Cariacica; Discipline; Religious Education; Teacher formation.

## **LISTA DE SIGLAS**

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

ER – Ensino Religioso

LDB – Lei de Diretrizes Básicas

LDBEN – Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional

LEC – Liga Eleitoral Católica

PPP – Projeto Político Pedagógico

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Escolaridade.....	<b>58</b>
<b>Gráfico 2.</b> Motivo que levou a exercer a atividade de professor de Ensino Religioso.....	<b>59</b>
<b>Gráfico 3.</b> Nível de satisfação em relação ao Magistério da disciplina Ensino Religioso.....	<b>60</b>
<b>Gráfico 4.</b> Concorda com o Ensino Religioso implementado nas escolas Públicas de Cariacica.....	<b>61</b>
<b>Gráfico 5.</b> Cumprimento da missão na disciplina ER nas escolas de Cariacica.....	<b>62</b>
<b>Gráfico 6.</b> Planejamento e execução das atividades extraclases.....	<b>63</b>
<b>Gráfico 7.</b> Orientação dos alunos para a formação de hábitos de estudo.....	<b>64</b>
<b>Gráfico 8.</b> Tomada de decisões pedagógicas junto à equipe técnica pedagógica.....	<b>65</b>
<b>Gráfico 9.</b> Avaliação diversificada.....	<b>66</b>
<b>Gráfico 10.</b> Participação de curso (s) de capacitação oferecido pela Prefeitura em 2013.....	<b>67</b>
<b>Gráfico 11.</b> Participação em Congressos e Seminários.....	<b>68</b>
<b>Gráfico 12.</b> Dispensa da escola para participar de Formação Continuada.....	<b>69</b>
<b>Gráfico 13.</b> Metodologia de ensino utilizada em sala de aula.....	<b>70</b>
<b>Gráfico 14.</b> Motivo que considera contribuir para uma avaliação negativa dos alunos em relação ao Ensino Religioso.....	<b>71</b>
<b>Gráfico 15.</b> Necessidade de laboração de uma didática inovadora que busque minimizar as dificuldades do processo ensino-aprendizagem de Ensino Religioso na Rede pública de Cariacica.....	<b>72</b>
<b>Gráfico 16.</b> Opinião do professor em relação a melhoria do ensino da disciplina ER no município de Cariacica.....	<b>73</b>
<b>Gráfico 17.</b> Costume do aluno em ter horário certo para estudar em casa.....	<b>74</b>
<b>Gráfico 18.</b> Faz alguma atividade de Ensino Religioso ou lê algo da área em casa..	<b>74</b>
<b>Gráfico 19.</b> Gosta da disciplina Ensino Religioso.....	<b>75</b>
<b>Gráfico 20.</b> Por que não gosta da disciplina Ensino Religioso.....	<b>76</b>
<b>Gráfico 21.</b> Melhor aprendizagem no ER.....	<b>77</b>
<b>Gráfico 22.</b> Sentimento do aluno em relação a avaliação feita pelo professor de ER...	<b>78</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL.....</b>	<b>18</b>
1.1 Ensino Religioso: Aspectos Legais e Pedagógicos.....	25
1.2 Aspectos Socioculturais do Ensino Religioso.....	31
<b>2. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO.....</b>	<b>34</b>
2.1 Formação Docente e Práticas Pedagógicas.....	36
2.2 Concepção Conservadora na Formação De Docentes.....	39
2.3 Concepção inovadora na formação dos docentes da disciplina Ensino Religioso.....	42
<b>3. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO NA CONCEPÇÃO DO ALUNO.....</b>	<b>44</b>
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>50</b>
4.1 Apresentação e caracterização do EMEF – Hilário Vieira da Silva.....	52
4.2 Projeto Político Pedagógico do EMEF – Hilário Vieira Da Silva.....	55
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>58</b>
5.1 Entrevistas com os professores.....	58
5.2 Entrevistas com os alunos.....	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>87</b>
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES.....	88
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS ALUNOS.....	90

## INTRODUÇÃO

A questão religiosa é um dos principais desafios da atualidade, tornando-se relevante se criar e manter um espaço para a discussão do fenômeno religioso e da dimensão religiosa numa perspectiva plural, sistemática e interdisciplinar, que abranja o campo das ciências, da teologia e da filosofia, sem privilegiar uma tradição religiosa em particular.

O Ensino Religioso (ER) é uma oportunidade de humanização e promoção do ser humano e da sociedade, e fundamenta-se nos valores cristãos. Esse entendimento se faz vislumbrar diante de uma metodologia dialógica que promove uma síntese entre a cultura e a fé, analisando os acontecimentos contemporâneos sob entendimento do cristianismo, dialogando com a realidade e promovendo um encontro com Deus no cotidiano da vida. A doutrina é a base para a análise do contexto social e existencial e para a formação para a vivência da fé<sup>1</sup>.

Por educação, entende-se como um processo que deve levar ao conhecimento do essencial de si mesmo, do mundo e do outro, que vai permitir a autodeterminação, é preciso que se encaminhe o processo educativo para o essencial, não para o acidental, portanto, a educação encaminha-se para a autenticidade<sup>2</sup>.

Ao tratar-se de professor da disciplina ER, no que se refere à formação continuada propriamente dita, a prática de ensino deve se organizar em quatro dimensões, o conhecimento teórico e conceitual, a experiência prática, a reflexão e a transformação. E, ao analisar essas quatro dimensões, destaca-se que o conhecimento teórico e conceitual caracteriza-se pela epistemologia que fundamenta a prática pedagógica do professor. A experiência prática, por sua vez, se caracteriza pelas formas de intervenção do professor, durante a ação pedagógica. Assim, vem como pela explicitação de suas ideias sobre o que propôs como situação didática, deixando revelar as ideias sobre quais pressupostos teóricos embasam sua prática<sup>3</sup>.

A reflexão caracteriza-se o ato de pensar sobre as situações de ensino propostas, interpretando as respostas de seus alunos, como aconteceu à aprendizagem, discutindo-as com

---

<sup>1</sup> FERRAZ, Lara Sayão Lobato de A.. *Religião se Aprende na Escola*. 2004. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mirand16/laragp.ht>>. Acesso em 18 de out., 2014.

<sup>2</sup> WERNECK, Vera Rudge. *O Eu Educado: uma teoria da educação fundamentada na fenomenologia*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 2002, p.16.

<sup>3</sup> GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores para uma mudança educativa*. Lisboa: Porto Editora, 2002, p.7.

os colegas, explicitando as experiências passadas e presentes, apontando para as possíveis transformações necessárias para o avanço do saber fazer pedagógico e a transformação se caracterizam pelo processo de apropriação<sup>4</sup>.

E, em relação ao ER nas escolas públicas, verifica-se que não é meramente mais uma disciplina, embora facultativa trás em oculta uma dialética entre a secularização e a laicidade de contextos históricos e culturais. Quando se respeita todos os cultos e não adota nenhuma, o Estado libera as igrejas de um controle no que se refere à especificidade do religioso, e ao mesmo tempo, libera do controle religioso. Isso significa, o deslocamento do religioso do estatal para o privado, e a assunção da laicidade como um conceito referido ao poder de Estado<sup>5</sup>.

A escola, por sua vez, não tem estrutura preparada para atender as carências de crianças, que chegam sem nenhuma noção de limites e respeito. No entanto, por falta de professores com o devido perfil ao ER, pode acontecer que se lance profissionais que podem não ser tão dedicados, não por que não querem mas porque essa não é a sua aptidão.

Ressalta-se que a disciplina do ER, para cumprir sua finalidade, precisa estar inserida na interdisciplinaridade, onde exista um leque formado por outras disciplinas e pela dedicação de cada professor, de maneira que esses sirvam de espelho para essas crianças, do perfeito e do desejável, fazendo com que os alunos sintam-se amados e protegidos como se estivesse em sua família.

A disciplina ER encontra-se respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 33. No entanto, a Lei nº 9.475 de 22 de julho de 1997 deu nova redação a esse artigo, garantindo o ER como disciplina obrigatória, de matrícula facultativa, e como parte integrante da formação básica do cidadão. Constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo<sup>6</sup>.

A Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, no capítulo II, artigo 14, relaciona as disciplinas da

---

<sup>4</sup> GARCIA, 2002, p.16.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Heli Sabino. Educação de Jovens e Adultos e religiosidade: um estudo sobre as práticas religiosas católicas e pentecostais em espaços escolares. Paidéia, Belo Horizonte, Ano 6, n.7, jul./dez. 2009, p.76.

<sup>6</sup> GOULART, Michel Gonçalves. Ensino Religioso na Educação Pública Brasileira. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014, p.13.

Educação Básica, e, dentre elas dispõe sobre o ER como parte integrante da base nacional comum e como área do conhecimento de acordo com o parágrafo 2º<sup>7</sup>.

No entanto, refletir sobre o papel do educador como profissional e sobre o ambiente escolar em que atua garantindo através da sua prática que os alunos aprendam é uma tarefa relevante. Diante desse contexto, problematiza-se: como está ocorrendo a formação pedagógica do professor da disciplina ER no sistema municipal de ensino no município de Cariacica-ES? Qual a visão dos alunos da EMEF – Hilário Vieira da Silva em relação à disciplina de ER?

No intuito de responder a problematização supracitada, o objetivo geral do estudo é analisar a formação pedagógica do professor da disciplina ER, na rede de ensino do município de Cariacica-ES, da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) – Hilário Vieira da Silva, e a visão dos alunos do 6º ao 9º ano.

Os objetivos específicos compreendem: investigar como ocorre o ensino na rede municipal de ensino de Cariacica; analisar como os professores e alunos se situam em relação às representações da disciplina na escola e sua relação prática com a religião; verificar como são os processos de formação continuada e a prática pedagógica dos professores de ER da rede de ensino do município de Cariacica.

Justifica-se a escolha do tema no fato de poder demonstrar algumas dimensões da definição e implementação da disciplina de ER nas escolas públicas de Cariacica-ES. Iniciando-se com a reflexão mais generalizada que leva em consideração a noção de laicidade e os marcos nacionais para o ER, culminando um estudo mais aprofundado a respeito da formação pedagógica do professor de ER da rede municipal de ensino de Cariacica, e a visão do aluno com a disciplina no EMEF - Hilário Vieira da Silva do sistema municipal de ensino de Cariacica-ES.

A temática depara-se com a complexidade da expressão ensino da religião, que se depara com duas áreas extremamente significativas da vida humana, são elas: a educação e a religião. Partindo da premissa em que se afirmar ser a educação uma prática normativa instauradora de valores e a religião, uma possibilidade de relação com o transcendente, é essencial e urgente um pensar sobre as implicações filosóficas de um ensino religioso.

O trabalho foi estruturado em seis capítulos.

---

<sup>7</sup> GOULART, 2014, p.13.



No primeiro capítulo descreveu-se a historicidade do ER no Brasil. Foi também abordado os aspectos legais, pedagógicos e sócio culturais do ER.

No segundo capítulo fez-se uma abordagem acerca da formação pedagógica do professor de ER, com enfoque na formação do docente, suas práticas pedagógicas. No mesmo capítulo verificou-se as concepções conservadoras e inovadoras da formação de docentes da disciplina de ER.

No terceiro capítulo, uma abordagem descritiva sobre a formação pedagógica do professor de ER na concepção do aluno.

No quarto capítulo, os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa.

No quinto capítulo, os resultados e discussão da pesquisa realizada.

E por fim, as considerações finais.

## 1. HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

A trajetória do Ensino Religioso no Brasil desenvolveu-se através das relações estabelecidas entre o Estado e a Igreja Católica.

No Brasil, viveu-se uma cultura de uma sociedade judaica-cristã, oriunda da colonização. Martin Lutero, em 31 de outubro de 1517, fixou suas 95 (noventa e cinco) teses na porta do palácio de Wittenberg, sendo que em 22 de abril de 1500, Pedro Alvares Cabral com a descoberta do Brasil, instalou um tipo de catolicismo ao qual foi iniciado com características medievais, ou seja, indulgente, inquisitório e intolerante<sup>8</sup>.

O período compreendido entre 1500 a 1800, foi dado ênfase a integração da escola, igreja, sociedade política e econômica. O projeto religioso da educação não conflitava com o projeto político dos reis e da aristocracia, pois é a fase da educação sob o motivo religioso. Como a religião católica era oficial, o ensino da doutrina da religião do estado era parte integrante dos programas<sup>9</sup>.

Nessa fase:

O Brasil não pode ser considerado como um país cristão tão somente pela imposição de seus primeiros, ou por seus atuais colonizadores (leia quem entenda). Na constituição federal são atribuídos os exercícios sacerdotais a apenas três categorias religiosas: o Padre (sacerdote católico), o Rabino (sacerdote judaico) e o Pastor Protestante (sacerdote de confissão evangélica). Ficam de fora as religiões não cristãs (Islamismo, Budismos etc.); Religiões cristãs que estão fora da classificação de católicos e protestantes (Kardecismo, Umbandismo etc.)<sup>10</sup>.

O ER que vigorou no Brasil, desde os seus primórdios, era um ensino com ênfase na doutrina da religião oficial do Império, a religião católica romana<sup>11</sup>.

A educação era um ponto importante na disputa entre a Igreja e o Estado, mas, no início, essa questão do laicismo do ensino não afetou muito a Igreja, devido ao seguinte pressuposto: se havia escola pública e privada, a pública sendo gratuita atingia os pobres, mas de maneira branda, pois poucos participavam do sistema escolar; e não afetava os ricos, pois o ensino proposto por entidades religiosas era religioso e pago, voltado para as classes dominantes que não se preocupavam com a

---

<sup>8</sup> SENA, Luzia. Quais os modelos de ensino religioso no Brasil? 2000. Disponível em <<http://www.presbiteros.com.br>>. Acesso em 21 de set., 2014, p.1.

<sup>9</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. Revista Brasileira de Educação. v.1, n.27, set.,dez., 2004, p.184.

<sup>10</sup> ROSAS, Vanderlei de Barros. O ensino religioso nas escolas. 2001. Disponível em <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei2.htm>>. Acesso em 20 de set., 2014, p.03.

<sup>11</sup> SENA, 2000, p.2.

questão do ensino das escolas oficiais ser leigo, porque seus filhos estavam resguardados<sup>12</sup>.

Nos três primeiros séculos da historicidade do Brasil, fase onde os Império e a Igreja se uniram, foi preconizado a promoção de uma ação colonizadora, onde foram desconsideradas as culturas dos africanos e dos indígenas, visando a exploração de riquezas bem como a propagação do Evangelho<sup>13</sup>. Esse período colonial do Brasil foi marcado por uma educação alicerçada por três esferas institucionais: Escola, Igreja e Sociedade<sup>14</sup>.

A obra evangelizadora e educacional no país iniciou-se com a vinda dos jesuítas em 1549. Em 1550, com a criação das primeiras escolas dos jesuítas, sob o comando da Companhia de Jesus<sup>15</sup>, e foi quando o Ensino Religioso passou a fazer parte da educação do Brasil, que tinha como propósito, aderir à cultura portuguesa e aos princípios do catolicismo<sup>16</sup>, religião oficial da colônia, enquadrando assim, as pessoas aos valores sociais que os colonizadores defendiam como sendo bom para a sociedade. Nesse período, o Ensino Religioso fundia-se com a corte<sup>17</sup>.

O ER do Brasil Colônia, salvaguarda as verdades fundamentais da fé no catolicismo e:

[...] os princípios de uma ética individualista e social fundada na suprema prioridade da pessoa sobre a sociedade. A qualidade moral dos indivíduos repercutirá necessariamente sobre a qualidade moral da sociedade. Todo o investimento da evangelização, em sentido estrito, como da educação, sob inspiração cristã, se deu historicamente nesta linha. Foi por isso mesmo que o Cristianismo e a Igreja conviveram pacificamente com situações sociais de extrema opressão, com a escravidão, a exploração no trabalho etc. É como se estas situações independessem da vontade do homem, bastando que as consciências individuais se sentissem em paz, nada se podendo fazer contra estas situações objetivas<sup>18</sup>.

A escola e o educador eram dominados por um projeto amplo e unitário, com intuito de dominar os negros e os índios, para em seguida se tornarem pertencentes à fé cristã, e a administração ficava a cargo do Estado e da Igreja<sup>19</sup>.

<sup>12</sup> KAPPEL, Irma Beatriz Araújo. Vozes e sentidos no discurso institucional legal do ensino religioso. Revista de História e Estudos Sociais, v.3, Ano III, n. 3, p.15-22, jul.,set., 2006, p.16.

<sup>13</sup> CAETANO, Maria Cristina; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Ensino Religioso: sua trajetória na educação brasileira. 2011. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20Auxiliadora%20Monteiro%20Oliveira.pfg>>. Acesso em 21 de set., 2014, p.01.

<sup>14</sup> COSTA, Antonio Max Ferreira da. Um breve histórico do Ensino Religioso na educação brasileira. 2009. Disponível em: <[www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf)>. Acesso em 09 de out., 2014, p.2.

<sup>15</sup> DIAS, Erika Pereira. A contribuição das ciências da religião para o Ensino Religioso. 2012. Disponível em: <[www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/499/327](http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/499/327)>. Acesso em 05 de out., 2014.

<sup>16</sup> CAETANO e OLIVEIRA, 2011, p.1.

<sup>17</sup> COSTA, 2009, p.1.

<sup>18</sup> CAETANO; OLIVEIRA, 2011, p.1

<sup>19</sup> COSTA, 2009, p.2

Durante o período colonial surgiram as escolas imperiais e a historiografia oficial acusa a presença de uma incipiente rede de escolas públicas. A educação no Brasil era um privilégio de poucos, e o analfabetismo era significativo no país. A situação ficou ainda pior quando ocorreu a expulsão dos jesuítas, pelo fato das escolas imperiais não terem alcançado êxito em sua proposta de educar os brasileiros. Por todo o período da Monarquia Constitucional, a Igreja constituiu-se como principal foco e poder, estabelecido por conta do regime do padroado, que fazia do Imperador a autoridade maior da Igreja Católica brasileira, sendo por isso a religião oficial do império. Contudo, a Igreja não tinha autoridade sobre a educação pública<sup>20</sup>.

No período imperial, esse idealismo não apresentou muita mudança, até porque, a Religião Católica Romana era a religião oficial do Império e o ER passava a ser acobertado e submetido à Metrópole como aparelho ideológico, já que nessa época a Igreja era dominante, e detinha de um vasto patrimônio econômico e cultural, trabalhava com a educação, mesmo sendo um papel do Estado, e não conflitava com a corte. Nesse período, a Igreja tinha seus interesses, o de evangelizar impondo ou pregando a doutrina católica romana<sup>21</sup>.

A partir de 1824, com a chegada da imigração alemã luterada<sup>22</sup>, foram criadas mais de 400 (quatrocentas) escolas situadas junto às comunidades de colonos imigrantes nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A Constituição Política do Império do Brasil de 1824, no que se refere especificamente ao ER, silenciou-se. E quanto à ligação entre Governo e Igreja, temos o Preâmbulo da Constituição e os artigos 5º e o item 5º do art.179:

Art. 5º – A religião catholica apostolica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo; [...] Art.179 – Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a moral pública<sup>23</sup>.

É importante mencionar, que durante o segundo império, sob influência de várias ordens religiosas, foram instalados diversos colégios particulares, alguns deles com regime de

---

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Lilian Blanck de. A formação de docentes para o ensino religioso no Brasil: leituras e tessituras. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.5, n.16, set.,dez., 2005, p.249.

<sup>21</sup> COSTA, 2009, p.2

<sup>22</sup> A história da chegada do Protestantismo Luterano ao Brasil está relacionada à imigração alemã, que aconteceu de modo mais significativo durante os séculos XIX e XX. Uma política de atração de imigrantes alemães foi criada no Império, sob os governos de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. Ação essa incentivada por motivos de ordem econômica uma vez que havia a pretensão de substituir a mão de obra escrava que até 1888 era predominante. Nesse sentido, a possibilidade de que os imigrantes viessem a possuir pedaços de terra dentro do território brasileiro foi certamente um dos fatores que motivava a vinda dos estrangeiros.

<sup>23</sup> KAPPEL, Irma Beatriz Araújo. Vozes e sentidos no discurso institucional legal do ensino religioso. Revista de História e Estudos Sociais, v.3, Ano III, n. 3, jul.,set., 2006, p.16.

internato masculino e feminino; com separação por sexo, essas escolas ofereciam diferentes regimes e propostas pedagógicas<sup>24</sup>.

Foi no documento oficial relativo à educação, que o ER foi mencionado pela primeira vez, no ano de 1827. O documento oficial “mandou” criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Destinava-se o mesmo regulamentar o inciso XXXII, do art. 179 da Constituição Imperial. No art. 6º, lia-se que:

[...] os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimaes, proporções, as noções, mais geraes de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião cathólica apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a história do Brasil<sup>25</sup>.

Em 1889, com a proclamação da República, se estabelece a separação entre Igreja e Estado, a liberdade de culto e o reconhecimento da diversidade religiosa. Desse modo, o ER continua sendo, na prática, o ensino da religião cristã<sup>26</sup>.

No período imperial Estado e Igreja Católica formaram uma parceria indissociável. A laicidade estatal, promulgada com o regime republicano, em 1899, poder-se-ia que o ER, reconhecido pelo Estado, apresentou-se em duas modalidades ao longo dessa trajetória. Inicialmente foi sob regime do padroado e regalismo, numa perspectiva colonial-regalista, com um ER humanista-católico. Num segundo momento, o ER foi mantido na escola pública, sendo que sua frequência passa a ser opcional para o educando<sup>27</sup>.

No período republicano, em 1890, a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, baseando-se no pensamento positivista, declarou em seu art.72, parágrafo 6, que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecidos públicos”, passando o ER a ser uma das áreas polemizada nas discussões e encaminhamentos educacionais da então nova República<sup>28</sup>. Com isso, a ER começa a ser criticada, gerando polêmicas que envolviam disputas de ordem política e ideológica. A religião católica deixa de ser de competência do Estado e o ER começa a ser criticado, gerando problemas que envolviam disputas de ordem política e ideológica. A Religião Católica deixa de ser a religião oficial do Estado brasileiro e por meio do Decreto 119-A, de 1890, fica determinada a total separação entre a Igreja Católica e o

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA, 2005, p.249.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, 2005, p.249.

<sup>26</sup> COSTA, 2009, p.3-4.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, 2005, p.251.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, 2005, p.252.

Estado brasileiro<sup>29</sup>.

A história da modalidade do ensino no Brasil, principalmente a partir dos anos 30, iniciou-se quando o Estado volta a se aproximar mais da Igreja, passando a investir no seu fortalecimento ideológico<sup>30</sup>; mas, nessa época os embates entre o clero e os dirigentes republicanos não chegavam a um consenso em relação à participação do ER no sistema de educação pública<sup>31</sup>.

A partir da revolução de 30, os segmentos médios da sociedade passaram a exigir a educação secundária gratuita e as classes mais populares, a educação primária. Durante o IV e V Conferência Nacional de Educação em 1931 e 1932, conhecidos como “Educadores da Escola Nova”, lançam suas principais reivindicações: gratuidade e obrigatoriedade do ensino, sua laicidade, a co-educação e um Plano Nacional de Educação. Foi o que preocupou a Igreja, que nunca se viu ameaçada por perder o monopólio do ensino secundário em favor do Estado e por estar perdendo espaço dentro das escolas públicas com a ausência do ER. Nelas, as matrículas estavam em contínua expansão, sobretudo das classes populares, inclusive do interior, em que a formação se dava pelo aparelho escolar, sem a influência da Igreja.

A fórmula encontrada pela Igreja para os católicos atuarem indiretamente na política e conseguirem suas conquistas foi a Liga Eleitoral Católica (LEC) que se apresentava em seus estatutos com as seguintes finalidades: 1º Instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2º assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação por parte dos mesmos candidatos dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembleia Constituinte<sup>32</sup>.

A primeira vitória na área educacional foi em 30 de abril de 1931, quando o governo assinou o decreto permitindo o ensino da religião nas escolas pública. E na Revolução Constitucionalista de 1932, vários posicionamentos foram tomados pelos religiosos: o arcebispo de São Paulo posicionou-se ao lado dos paulistas contra o Governo Federal; em Minas Gerais, o movimento de reaproximação da Igreja e o poder republicano foi fortalecido pelo Governo do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, que professava publicamente sua fé católica antes da eleição<sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> DIAS, 2012, p.7-8.

<sup>30</sup> SENA, 2000, p.4.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, 2005, p.253.

<sup>32</sup> KAPPEL, 2006, p.18.

<sup>33</sup> CURY, 2004, p.6.

No Brasil, a ação católica tem de servir, imediatamente, de muralha à invasão dos propósitos revolucionários, que tentando subverter ou comprometer a ordem social ou política, de fato só preparam e objetivam a ruína e o aniquilamento dos povos. Para a estratégia da Igreja, o voto feminino nas eleições de 1933 era fundamental, pois poderia encontrar maior apoio quanto à legislação familiar e escolar e o fim do laicismo na Constituição<sup>34</sup>.

No governo de Getúlio Vargas, baseando-se no Pacto Lateranense, voltou-se a admitir o ER na escola pública, por interesses meramente políticos. A Constituição de 1934, vem legislar que:

[...] o Ensino Religioso será de matrícula facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis, e constituirá matéria dos honorários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais<sup>35</sup>.

Entre as Constituições de 1937 e 1946, ocorreram mudanças no Brasil, isso ocorreu devido à implantação da ditadura por meio de um Golpe de Estado. Nessa conjuntura histórica, a educação fica a serviço do Estado com um instrumento ideológico e o ER passa a ser orientado pela Igreja com pregações que levava os fiéis à obediência à lei, à disciplina e à ordem<sup>36</sup>.

Em 1945, com processo de redemocratização da sociedade brasileira após a queda de Getúlio, a Igreja, que havia apoiado a ditadura de Vargas e dela se favorecido, abriu seu espaço. A questão do laicismo, em suas relações com a sociedade, com a política e com a hierarquia, sobe ao primeiro plano. Inicia-se um debate acerca da formação de um partido católico e das formas de atuação política da Igreja na sociedade. O objetivo era, por meio do voto católico, fazer valer na Constituinte seus “direitos e prerrogativas”. Um dos fatos que uniram novamente o poder religioso ao Estado foi a entrada do Brasil na guerra, em 1944<sup>37</sup>.

Nessa época, o Decreto-Lei 6535 criou o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas.

Na quinta Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, o Ensino Religioso é contemplado como dever do Estado, respeitando a liberdade religiosa do cidadão. Art.168 V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do

---

<sup>34</sup> KAPPEL, 2006, p.19-20.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, 2005, p.255.

<sup>36</sup> DIAS, 2012, p.10.

<sup>37</sup> COSTA, 2009, p.21.

aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;<sup>38</sup>.

Nos anos do regime de exceção de 1964 a 1984, manteve-se a inclusão do ensino religioso em todos os graus de ensino da escola pública, mas, muito embora houvesse um debate entre *laicidade* do ensino público e o caráter eclesial do ensino religioso, havia uma preocupação dos legisladores em garantir a liberdade religiosa promessa ontológica da república<sup>39</sup>.

Até os anos 80 houveram significativas mudanças na legislação e nas políticas públicas para a educação religiosa; isso ocorreu diante da necessidade da educação religiosa dos indivíduos para uma melhor adequação destes à realidade vivida pela comunidade como um todo<sup>40</sup>.

Os ideais liberais do período republicano brasileiro, defendiam a ideia de liberdade e assim a laicidade do Estado, e a separação Estado e Igreja. A ruptura verdadeira ocorreu em 1997, que estabeleceu novas normas para o art. 33, da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 9.394/96<sup>41</sup>.

Explica-se que, na década de 1980, o amplo processo de discussão abrangendo a educação nacional, culminou na reforma do sistema educacional no Brasil, numa perspectiva organizativa e curricular na forma da promulgação da – Lei n. 9.394/96. A partir daí, as discussões desenvolvidas e o surgimento do dispositivo legal, atingiram de modo significativo na formação de docentes para todas as áreas do conhecimento na educação do país<sup>42</sup>; A educação religiosa passou a ser identificada como forte elemento civilizador, sendo, no entanto, questionada em alguns de seus métodos. Com a legislação de 1997 houve importantes mudanças na concepção do Ensino Religioso<sup>43</sup>.

A LDBEN apresenta os princípios e fins da educação no Brasil, que dispõe que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art.2)<sup>44</sup>.

Segundo a supra citada lei federal, o ensino religioso nas escolas não é definido, se é

---

<sup>38</sup> KAPPEL, 2006, p.11.

<sup>39</sup> CURY, 2004, p.32.

<sup>40</sup> CURY, 2004, p.33.

<sup>41</sup> SZEUCZUK, 2010, p.43.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, 2005, p.248.

<sup>43</sup> CURY, 2000, p.35.

<sup>44</sup> SENNA, 2000, p.17.



ou não cristão, e por isso mesmo precisa-se abranger o maior número possível de expressões religiosas em nossa sociedade, para garantir o direito de livre expressão de culto, sob o risco de ignorarmos tais manifestações culturais e tornar-nos este dispositivo de lei como proselitismo e intolerância religiosa, o que contraria o espírito da própria lei. O ato de reduzir o ensino religioso às próprias convicções religiosas, à historicidade cultural ou familiar é crime de discriminação religiosa<sup>45</sup>.

### 1.1 Ensino Religioso: aspectos legais e pedagógicos

Nos estudos sobre o ER, parece ser consenso, haver uma distinção entre religiosidade e religião. A religiosidade refere-se a uma dimensão humana, e a religião, aos sistemas religiosos uma dimensão humana. A partir dessas considerações, adota-se uma conotação genérica para a terminologia “religião”, que é entendida como uma experiência global do ser humano, enquanto indivíduo social, aberto a um transcendente socialmente produzido no tempo e no espaço<sup>46</sup>. Para a aproximação do entendimento do termo religião, parte-se da etimologia, que vem do verbo latino *religare* (*re-ligare*)<sup>47</sup>.

Religar tanto pode ser um novo liame entre um sujeito e um objeto, um sujeito e outro sujeito, como também entre um objeto e outro objeto. Obviamente, o religar supõe ou um momento originário sem a dualidade sujeito/objeto ou um elo primário (ligar) que, uma vez desfeito, admite uma nova ligação (re-ligar)<sup>48</sup>.

A história das religiões, entendida como disciplina autônoma, com objeto e métodos próprios, representa uma conquista cultural de libertação, por parte da dimensão religiosa e de suas dinâmicas, dos vínculos de tipo teológico estabelecidos na segunda metade do século XIX. Sendo que foi no século XIX, e início do século XX, que os conceitos sobre religiosidade e religião despertaram. A nova atração pelo ministério e pelo sagrado desmentiu os prognósticos feitos no início do século XX. Acrescenta-se que: “A religião é, pois, uma emergência histórica, surgida num segundo momento, separado do reconhecimento racional da existência de um autor inteligente da natureza e do cosmo”<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> GIL FILHO, Sylvio Fausto. O ensino religioso na escola. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.5, n.16, set./dez., 2005, p.122.

<sup>46</sup> PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: construção de proposta. São Paulo: Paulinas, 2008, p.30.

<sup>47</sup> CURY, 2004, p.36.

<sup>48</sup> CURY, 2004, p.187.

<sup>49</sup> FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. As ciências das religiões. São Paulo: Paulus, 1999, p.59.

Para a compreensão da razão de ser do ER é preciso partir de uma concepção de educação que a entenda como um processo global, integral, enfim, de uma visão de totalidade que reúne todos os níveis de conhecimento, dentre os quais está o aspecto religioso. “A tarefa de buscar fundamentos para o ER remete às questões do fundamento do conhecimento humano. Entende-se o conhecimento religioso, mesmo revelado, como um conhecimento humano”<sup>50</sup>. “A religião é a grande forma de interpretação da realidade para o povo [...]”<sup>51</sup>.

Através da consciência, unimos os fios da memória religiosa à memória familiar, política, entre outras, delas colhendo a matéria-prima para a formação da identidade. O enraizamento da vida está diretamente relacionado a essa questão<sup>52</sup>.

A sociedade é um fenômeno dialético por ser um produto humano, e nada mais que um produto humano, que no entanto retroage continuamente sobre o seu produtor. A sociedade é um produto do homem. Não tem outro ser exceto aquele que lhe é conferido pela atividade e consciência humanas<sup>53</sup>.

Toda sociedade possui um *ethos* cultural que lhe confere um caráter todo particular, e fundamenta toda a sua organização, seja ela política, social, religiosa, etc. E não é senão a partir da compreensão desse *ethos*, que se pode contribuir com as novas gerações, no seu relacionamento com novas realidades que foram propostas: o individualismo, o descartável, a experiência religiosa sem instituição etc.<sup>54</sup>.

A dinâmica entre a escola e a cultura, principalmente no sentido de que a cultura é a premissa educativa e não resultado desta, traz também a reflexão sobre o lugar das formas culturais no âmbito do ensino, de modo que a educação responda a estas exigências, é o itinerário de experiência que a educação propõe. E este itinerário de experiência, a experiência completa de vida a partir do encontro fundamental com a pessoa divina, origem da perspectiva religiosa. Uma escola não pode se furtar a esta missão. Dentre suas responsabilidades, tanto de informação como de formação, o ensino religioso se faz presente<sup>55</sup>.

O componente curricular do ER lida com o fenômeno religioso, é entendido como as formas de manifestações relacionadas com a transcendentalidade e evidenciadas nas instituições religiosas, nos movimentos religiosos e nas culturas. O ER não se oculta com a doutrinação e e nem com divulgação do pensamento de alguma instituição religiosa, mas da

<sup>50</sup> BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Religioso. LDB – Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. 7.ed. São Paulo: Ave-Maria, 2004a, 21.

<sup>51</sup> BELLO, Elisângela. Religião é a forma de interpretar a realidade. Jornal A Gazeta, Vitória/ES, 30 jan., 2007, p. 4.

<sup>52</sup> TORRES, Marco Antônio. Cidadania e vida religiosa consagrada. In CESAR, Castilho Pereira (org). Análise institucional na vida religiosa consagrada. Belo Horizonte, 2005, p.26.

<sup>53</sup> BERGER, Peter L.. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985, p.15.

<sup>54</sup> MALISKA, Marcos Augusto. O direito à educação e a Constituição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2001, p.56.

<sup>55</sup> LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. Ensino Religioso e a educação. 2004. Disponível em <<http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero2/artigos/mjudith.pdf>>. Acesso em 12 de set., 2014, p.12.

presença da religiosidade cultural, no ambiente social, nas artes, nas tradições históricas, na identidade de um povo e nos costumes de povos<sup>56</sup>.

Por muito tempo, o ER teve como propósito catequisar e doutrinar a sociedade brasileira; após a publicação da Lei n.9.375/97, que alterou o art.33, da Lei de Diretrizes Básicas (LDB), o ER passa a privilegiar a diversidade religiosa e cultural presente na sociedade<sup>57</sup>, uma vez que:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso<sup>58</sup>.

O dispositivo supracitado, desvincula quaisquer formas de proselitismo do ER e sua perspectiva secular, o ER passa a necessitar de fundamentos teóricos e metodológicos com capacidade de tratar a religião com uma fundamentação científica, permitindo o respeito à diversidade cultural e religiosa no país<sup>59</sup>.

A Resolução nº 02/98 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) integra o ER à lista dos dez componentes curriculares, apontando-o como uma área de conhecimento. A supracitada resolução tem implicações para a Proposta Curricular dos Sistemas de Ensino e para o planejamento de cada instituição de ensino. No entanto, é tarefa das instituições de formação de professores, no ensino superior e na modalidade Normal do nível de Ensino Médio, visando proporcionar ao aluno uma capacitação isenta de preconceitos e que respeite a diversidade religiosa e cultural<sup>60</sup>.

O conhecimento religioso, enquanto patrimônio da humanidade necessita estar à disposição na escola. Em vista da operacionalização deste processo, o ER tem se caracterizado pela busca de compreensão desse sujeito, explorando temas de seu interesse, de

<sup>56</sup> WACHS, Manfredo Carlos. A didática do ensino religioso: contribuições para a formação de professores em curso normal. 2011. Disponível em: <<http://www.gper.com.br/newsletter/fa1b7308099ce0871fc6f705aba8176a.pdf>>. Acesso em 16 de out., 2014.

<sup>57</sup> DIAS, 2012, p.2.

<sup>58</sup> BRASIL. Lei de Diretrizes Básicas. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19475.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19475.htm)>. Acesso em 28 de out., 2014.

<sup>59</sup> DIAS, 2012, p.6.

<sup>60</sup> WACHS, 2011, p.1.

forma interdisciplinar, com estratégias que considerem este novo perfil de indivíduos, estimulando, sobretudo, o diálogo<sup>61</sup>.

[...] a escola é o espaço de construção de conhecimentos e principalmente de socialização de conhecimentos historicamente produzidos e acumulados. Como todo o conhecimento humano é sempre patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível a todos os que a ele queiram ter acesso<sup>62</sup>.

Ressalta-se que o educador do ER deve ser consciente de que esse tipo de ensino é diferente de catequisar, evangelizar; ele deve ter capacidade de relacionar o Político Social com o projeto de Deus Jo.8:32<sup>63</sup>.

Acrescenta-se ainda, que é necessário compreender que a disciplina sobre a religião não pretende ser nenhuma experiência de fé, mas que precisa se manter para a sua própria razão de ser, sob o fundamento do conhecimento<sup>64</sup>.

O ER por ser escolar, justifica-se como componente curricular enquanto expressão de uma abordagem científica. O processo de ensino e aprendizagem pode e deve decodificar valores e tradições, porém, dentro de um discurso regrado por fundamentos teóricos e regras metodológicas, ou seja, dentro de uma dinâmica lógica enraizada nas ciências<sup>65</sup>.

Como a escola é uma instituição social que tem, entre outras características, a promoção da formação e da informação dos alunos. Não se pode fugir de sua vocação específica de instituição social que busca o desenvolvimento pleno de todas as crianças, visando primordialmente sua socialização. E o ER religioso faz parte deste elenco, principalmente se entendermos a educação inserida numa cultura e a religião como um dos elementos da cultura. Sendo que, o mundo hoje encontra-se em situação inédita do ponto de vista religioso, caracterizado por três fatos principais que se opõem em si<sup>66</sup>: o agnosticismo, o integrismo e a busca religiosa.

O agnosticismo é uma terminologia francesa, datada de 1884, que significa que se recusa toda certeza religiosa. Atualmente no Ocidente, os agnósticos são mais numerosos que os ateus – que recusam a existência de Deus. O agnosticismo e secularização não estão

---

<sup>61</sup> MALISKA, 2001, p. 58.

<sup>62</sup> BRASIL, 2004a, p.21.

<sup>63</sup> LOPES, Maria das Graças Queiroz. A educação religiosa como proposta para a formação de uma juventude na escola pública. Educação Pública. 2007. Disponível em <[http://www.educacaopublica.rj.gov.br/discutindo/discutindo.asp?cod\\_per=25](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/discutindo/discutindo.asp?cod_per=25)>. Acesso em 20 de set., 2014, p.10.

<sup>64</sup> LOPES, 2007, p.0.

<sup>65</sup> PASSOS, 2008, p.28.

<sup>66</sup> DELUMEAU, Jean. De religiões e de homens. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.52.

obrigatoriamente ligados, assim, o protestantismo levou à secularização, sobretudo, suprimindo a condição sagrada do padre; mas, queria renovar e aprofundar o cristianismo<sup>67</sup>.

O integrismo é o termo que, em francês, apareceu em 1913, que no início, significou a subordinação do Estado à igreja; depois, a defesa das doutrinas e tradições religiosas contra toda a concessão à modernidade. O integrista, qualquer que seja sua religião, sente-se ameaçado e se acredita em perigo de perder a própria identidade, reagindo com agressividade<sup>68</sup>.

A busca religiosa, que refere-se a toda evidência, consiste na verdadeira procura religiosa; é o que às vezes se chama “volta de Deus”<sup>69</sup>. Para os cristãos não há dúvidas de que toda a superação “verticalista” da expressão religiosidade, constitui a grande tarefa de todos homens em procurar por Deus. Existem aqueles que nascem e se educam em uma comunidade sólida de vivência religiosa, a caminhada, desde o início tem um rumo seguro; outros, caminham “como que às apalpadelas”, por motivo, que às vezes, são extremamente complexos, e não conseguem chamar Deus a meta de sua grande busca<sup>70</sup>.

Na escola, o cidadão se forma através da cultura e da preparação profissional. A educação da consciência religiosa é um direito da pessoa humana. [...] é impossível chegar a autênticas opções de vida quando se pretende ignorar a religião, que tanto tem a dizer, ou então quando se quer restringi-la a um ensino vago e neutro e, por conseguinte, inútil, por ser destituído de relação a modelos concretos e coerentes com a tradição e a cultura de um povo (GREEN, 1995, p.83).

O ER, enquanto processo educativo, deve agregar valores e remeter ao eu capaz de autônoma e livremente aderir como pessoa a Pessoa Divina, dialogar com ela e estabelecer um compromisso que altere seu ser e o ser do mundo. Caso contrário, será apenas um depósito de ensinamentos sem significado ou uma estratégia para reprimir a indisciplina. Estará assumindo um papel de freio e não de mola propulsora de uma vivência plena, digna e autêntica.

É apenas com o encontro entre o Eu-Tu – o homem e Deus, que se pode comprometer a vida e se transformar uma realidade social exigente<sup>71</sup>.

Indiscutivelmente, a escola é o lugar privilegiado, adequado para desenvolver-se o processo ensino-aprendizagem, em obediência a uma proposta curricular que atenda a boa norma pedagógica, sustentada nos fundamentos científicos que norteiam a área da Educação e do ensino, e que certamente inclui atividades outras, chamadas, ao

---

<sup>67</sup> DELUMEAU, 2000, p.53.

<sup>68</sup> DELUMEAU, 2000, p.53.

<sup>69</sup> LOPES, 2007, p.0.

<sup>70</sup> GRUEN, Wolfgang. Ensino Religioso na escola. Petrópolis: Vozes, 1995, p.22-23.

<sup>71</sup> FERRAZ, 2005, p. 1.

longo de vários períodos históricos no Brasil, de atividades “extracurriculares”, “cocurriculares” etc. Todo esse conjunto visando propiciar ao educando experiências múltiplas que favoreçam seu crescimento como pessoa, profissional e cidadão, além da incorporação da aprendizagem, por via do processo de instrução, dos conteúdos das várias áreas de conhecimento<sup>72</sup>.

Nesse contexto, a compreensão da forma como se manifestam e desempenham a sua função no desenvolvimento da sensibilidade religiosa é papel da educação, através do ensino religioso. Exige-se para tanto que este seja trabalhado com metodologia adequada, tendo como pressuposto uma linguagem mediante a qual esse ensino estabeleça um diálogo com as diferentes áreas do conhecimento<sup>73</sup>.

[...] a religião é importante para o homem, porque anima o sentido da vida. A relação do homem com a religião é mais intensa do que a vinculação a um partido político ou a um time de futebol. [...] a religião trata do sentido da vida, do motivo pelo qual as coisas acontecem, como acontecem, [...] entretanto, a religião só é positiva quando ajuda o ser humano a se orientar, a ajudar o outro e a respeitar a natureza, a si mesmo a à vida<sup>74</sup>.

No ER, numa determinada postura didática, para ser coerente, decorre de uma dada visão filosófico-pedagógica, que inicia-se na própria concepção do ser humano e das finalidades últimas da educação. É nesse contexto, que não há como prescrever e padronizar técnicas, como receitas prontas, pois antes de qualquer aplicação possível<sup>75</sup>.

O porta-voz do arcebispo de São Paulo, monsenhor Arnaldo Beltrami, afirmou que: “[...] o ensino religioso é importante para dar a noção de Deus, a noção da responsabilidade social, da solidariedade, para que a nossa juventude já tenha um pouco de ética no seu comportamento”<sup>76</sup>.

Neste sentido, a questão religiosa no âmbito educacional deve buscar dois caminhos: o caminho do ensino confessional tradicional (que é a catequese, a doutrinação num determinado credo) e a outra, o caminho do antropologismo (que, diante da religião, que é uma visão distanciada, é pretensamente neutra, mas que indica ceticismo em relação ao conteúdo do fenômeno religioso).

---

<sup>72</sup> VALE, 2005, p.2.

<sup>73</sup> FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. O tema gerador no currículo de Educação Religiosa: o senso simbólico. Petrópolis: Vozes, 2000, p.9.

<sup>74</sup> ROSE, ROSE, Francis. Intolerância religiosa. Jornal Estado de Minas. 30 de set., 2006, p.3.

<sup>75</sup> BORTOLINI, Maria Regina. A pesquisa na formação de professores: experiências e representações. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, p.66.

<sup>76</sup> SOTTOMAIOR, 1985, p.12.

É o que transparece na seguinte afirmação num caderno de orientação para o ensino religioso no Estado de São Paulo:

[...] apesar de sua extrema variedade, os fenômenos religiosos aparecem em diferentes sociedades e contextos como um tipo característico de esforço criador que procura colocar ao alcance da ação e compreensão humanas tudo o que é incontrolável e sem sentido, procurando conferir um valor e significado para a existência das coisas e dos seres<sup>77</sup>.

No entanto, observa-se que, a catequese é a junção dos núcleos religiosos e da família. A antropologia é uma proposta acadêmica, uma vertente da pesquisa científica. A instituição escolar é um lugar pluralista, onde, pessoas de diferentes credos convivem, tendo cada um uma fé respeitada e, se possível, cultivada, com isso, aprende ao mesmo tempo, a respeitar a fé do outro.

A pacífica convivência, a tolerância, o respeito, a fraternidade são valores que pertencem ao campo do comportamento ético. Sem esse comportamento, é impossível qualquer relação social e com que qualquer proposta pedagógica deve se preocupar.

## 1.2 Aspectos Socioculturais do Ensino Religioso

Ao mencionar sobre os aspectos socioculturais, destaca-se, que a religião pode ser considerada como um comportamento instintivo, inerente ao homem, cujas manifestações são observadas através dos tempos, em todas as diversas culturas, a partir da busca da compreensão de si mesmo e do mundo, da consideração em relação aos fatos inconsoláveis e desconhecidos<sup>78</sup>.

Nesse sentido, entende-se que o ER é capaz de despertar o aluno para os aspectos transcendentais da existência como a busca do sentido radical da vida, a descoberta de seu compromisso com o social e a conscientização de ser parte de um todo<sup>79</sup>.

Esse processo de despertar e descobrir, que pode conduzir naturalmente ao encontro pessoal de Deus, é permeado de ações, gestos e palavras, símbolos e valores que só adquirem significação na vivência, na participação e na partilha. Mesmo quando

---

<sup>77</sup> INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro César. *Ensino inter-religioso: teoria e práticas*. 2000. Disponível em <<http://pedagogiaespirita.org.br/texto/16.htm>>. Acesso em 20 de out., 2014, p.10.

<sup>78</sup> JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Processo de escolarização do Ensino Religioso*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 81-83.

<sup>79</sup> JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba: Ibplex, 2008, p.18.

ainda é impossível para o educando compreender conceitos abstratos como a justiça, a fraternidade, o perdão, ele já é capaz de perceber se uma atitude é justa, de acolher um gesto fraterno, de sentir-se perdoado por uma falta<sup>80</sup>.

A Lei Federal n. 9475/97 estabelece que o ER seja parte integrante da formação básica do cidadão. Segundo Carneiro<sup>81</sup>, “[...] a partir de 1997, o ensino religioso é ressignificado, passando a ser entendido como parte integrante da construção de um novo cidadão e não apenas formar ou confirmar um fiel”.

O ER nas escolas públicas preconiza contribuir na formação de um novo cidadão e não na criação de um fiel ligado à determinada confissão religiosa. Cabe ao ER incutir valores de fundo religioso, que possibilitem uma sociedade mais sã e equilibrada, posto que representa um instrumento de controle social<sup>82</sup>.

Explicita Lui<sup>83</sup>:

[...] o valor da Religião para a construção da cidadania inclui uma consideração etnocêntrica dos valores morais que o ER poderia transmitir e solidificar nos alunos. Etnocêntrica porque está calcada sobre valores cristãos que projetou para a totalidade das religiões. Apesar da Lei federal e os parâmetros curriculares nacionais do ensino religioso vetar o proselitismo e a doutrinação religiosa, constata-se na realidade escolar a persistência de práticas confessionais e por demais cristocêntricas.

Mesmo que exista problemas técnicos, de âmbito legal e pedagógico, relacionados ao ER em escolas públicas, é relevante mencionar sobre a problemática relacionada ao setor sociocultural, acarretada pelo fator religião nos meios públicos. No período de elaboração da LDB de nº 9.394/96, o ER passou a ser objeto de interesse de vários setores da sociedade. Ocorreu uma soma de esforços, objetivando dar ao ER o caráter de disciplina, ou seja, a garantia de um dispositivo que lhe favorecesse o mesmo tratamento dado às demais disciplinas do currículo<sup>84</sup>.

A proposta de dar ao ER o caráter de disciplina, foi também uma luta semelhante no período da Assembleia Constituinte; e mesmo assim, a LDB foi aprovada em dezembro de

---

<sup>80</sup> JUNQUEIRA, 2008, p.96.

<sup>81</sup> CARNEIRO, Sandra M. C. de Sá. Liberdade Religiosa, Proselitismo ou Ecumenismo: controvérsias acerca da (re)implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. Anais... Caxambu, ANPOCS, p. 2-28, 2004, p. 7.

<sup>82</sup> RAQUETAT Jr., Cesar Alberto. A implantação do novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas do estado do rio grande do sul: laicidade e pluralismo religioso. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, 15f.

<sup>83</sup> LUI, Janayna de Alencar. Em nome de Deus: um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo. Florianópolis: 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2006. p. 82.

<sup>84</sup> CARON, Lurdes. O Ensino Religioso na Nova LDB. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes. Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos. 1997, p. 20.



1996, e, no seu artigo 33, tratando do ER, dizia que este deveria ser: de matrícula facultativa; ministrado sem ônus para os cofres públicos; disciplina dos horários normais nas escolas públicas de ensino fundamental; confessional, segundo a opção do aluno ou dos responsáveis e a existência de professores credenciados pelas igrejas ou entidades religiosas, ou interconfessional, conforme acordo entre as diversas igrejas ou entidades religiosas<sup>85</sup>.

Sendo que o “*lobby* eclesiástico” que aprovou a lei n. 9.475/97, alterando o art. 33 da LDB, cometeu um erro político estratégico, ao levantar a suspeita de que as igrejas não quiseram assumir “o ônus” da disciplina e ao mesmo tempo não abrir mão de eventuais vantagens que dela presumiam receber. Num mundo de intensa secularização e declínio do poder ideológico das religiões, essas instituições tentam de várias formas, inclusive pela educação pública, levantar-se e se fazer presentes na sociedade<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> CARON, 1997, p.20.

<sup>86</sup> PAULY, Evaldo Luis. O dilema epistemológico do ensino religioso. Revista Brasileira de Educação, v.1, n.27, p.172-212, out. 2004.

## 2. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Para refletir sobre a identidade e formação do professor, cabe explicitar o entendimento das terminologias “formação”, “ensinar” e “aprender”. A formação é um conceito amplo, que passa por caminhos diversos e pode ser vista como dimensão pessoal do desenvolvimento humano e global, como os processos formativos desencadeados pelo indivíduo e por conceituações independentes. A formação não é totalmente autônoma, por depender do interesse pessoal para serem desencadeados os processos formativos. No âmbito educacional, o caráter formador só se concretiza com a presença da reflexão<sup>87</sup>.

O ensinar, de acordo com o Dicionário Nova Cultura<sup>88</sup> vem do latim *ensinare*, no ponto de vista gramatical, o verbo ensinar contextualiza o verbo transitivo e significa transmitir conhecimento, educar, instruir, doutrinar, amestrar, treinar, adestrar, domesticar, domar (falando de animais), ou seja, ministrar, ensinar, pregar.

Ressalta-se que o aprender é oriundo do latim *apprehendere*, que significa tomar conhecimento, receber informação. O processo de ensinar é um dos maiores desafios para a ação docente inovadora, por ser uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos: professor e aluno<sup>89</sup>.

A prática docente, no que se refere às intenções de ensino, envolve a forma de como a aula é organizada, em conformidade com as atividades propostas, conteúdos selecionados, instrumento e procedimentos de avaliação que são empregados e nas formas de relação entre docente e aluno. Esse envolvimento que caracteriza os enfoques de ensino<sup>90</sup>.

A terminologia "docência" vem da palavra latina *docere*, que significa ensinar, e sua ação se complementa com *discere*, que significa aprender<sup>91</sup>.

Nesse entendimento, docência é entendida como

---

<sup>87</sup> CRISTINO, Ana Paula da Rosa; BERNARDI, Ana Paula; KRUG, Hugo Norberto. Ensinar é o mesmo que ser professor? Reflexões sobre a formação de professores e as mudanças educativas. 2010. Disponível em: <[www.unifra.br/.../ensinar%20é%20o%20mesmo%20que%20ser](http://www.unifra.br/.../ensinar%20é%20o%20mesmo%20que%20ser)>. Acesso em 26 de out., 2014.

<sup>88</sup> Apud MORAIS, Laraso; KRATZ, Lúcia. Relações interpessoais entre professor e aluno de graduação. In. Lúcia Kratz(Org.), Docência universitária: múltiplos olhares na compreensão deste universo. Goiânia: Kelps, 2009, p.56.

<sup>89</sup> MORAIS; KRATZ, 2009, p.56-57

<sup>90</sup> ROMANOWSKI, Joana Paulin. Formação e profissionalização docente. Curitiba: Ibpex, 2007, p.12.

<sup>91</sup> SOARES, Sandra Regina; CUNHA, Maria Isabel da. Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade. Salvador: UDUFBA, 2010, p.22.

[...] o exercício do magistério voltado para a aprendizagem, é a atividade que caracteriza o docente em geral. Na educação superior, docência e pesquisa são as principais atividades do professor universitário. (...) A docência universitária, apesar de ter pouca visibilidade, haja vista que os critérios de avaliação e progressão na carreira docente são essencialmente relacionados à pesquisa, é uma atividade altamente complexa, que não se restringe à sala de aula<sup>92</sup>.

Essa complexidade na atividade docente se explica por seu caráter interativo, o ato de ensinar é desenvolver um programa de interações com os estudantes com vistas a determinados propósitos, mas também envolve valores, atitudes, formas de ser e de se relacionar. O professor profissional é, acima de tudo, um profissional de articulação do processo ensino-aprendizagem em determinada situação, um profissional da interação das significações partilhadas<sup>93</sup>.

A formação do professor de ER associa-se a vários elementos conceituais, como educar, ampliar, formar e estimular a criatividade. E é por meio desse processo formativo, configurado com um processo dinâmico, que os sujeitos se desenvolvem ao longo da vida<sup>94</sup>.

O conceito de formação pedagógica é bastante diversificado na literatura, entretanto, entende-se o mesmo como sendo o processo de apropriação de recursos didático-pedagógicos que auxiliam e facilitam a atuação do professor em sala de aula e que teria como objetivo principal desenvolver a competência pedagógica do professor.

A formação pedagógica muitas vezes é confundida com formação do professor devido a sua consonância com a área de didática. Esse entendimento simplista prejudica a formação docente, pois a direciona apenas para a prática pedagógica, fazendo com que haja a perda de elementos essenciais para o desenvolvimento profissional docente como formação crítica, científica e reflexiva e traz como resultado “um trabalho reduzido, apenas, ao ensino, ao treinamento, com aulas reprodutivas, provas sem sentido, descaracterizando a visão da universidade como um espaço privilegiado de educação, com compromisso de formação para a cidadania, além da formação profissional”<sup>95</sup>.

A atual LDB, não se refere especificamente quanto à formação de professores de ER, mas o seu art. 62, dispõe sobre à formação de professores:

---

<sup>92</sup> SOARES; CUNHA, 2010, p.23

<sup>93</sup> SOARES; CUNHA, 2010, p.26.

<sup>94</sup> MAIA, Fernanda Landolf. Formação continuada e a prática pedagógica de professores universitários: continuidades e rupturas. Dissertação de mestrado inédita, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2008, p.120.

<sup>95</sup> FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Escolha profissional e prática docente: o discurso de professores do ensino superior privado. 2008. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt04/t046.pdf>>. Acesso em 26 de out., 2014.

A formação de professores para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal<sup>96</sup>.

A supracitada lei não determina, mas também não impede que seja oferecido ou proposto curso específico de licenciatura para a formação de professores de ER; contudo, a nova redação dada ao art. 33 da LDB pela Lei n. 9475/97, determina que os sistemas de ensino “regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação a admissão dos professores”<sup>97</sup>.

## 2.1 Formação Docente e Práticas Pedagógicas

A partir de uma abordagem antropológica filosófica, que reconhece o fenômeno religioso como decorrência de sua propriedade humana, de sua condição existencial, e seguindo para uma abordagem mais específica e de interesse do docente que é a de ordem pedagógica. Com isso, pode-se dizer que o específico do religioso para o ER é auxiliar o aluno a se posicionar e a se relacionar da melhor forma possível com as novas realidades que o cercam. Primeiramente em relação aos seus limites e depois quanto às linguagens simbólicas<sup>98</sup>.

Para qualquer lei que venha regulamentar a habilitação e admissão dos professores de ER, é necessário se levar em consideração pelo menos três itens<sup>99</sup>:

- a) A qualificação do professor de ensino religioso – as exigências legais, segundo a LDB supõe que o profissional de ensino seja portador de um diploma de nível superior. Sendo que os cursos teológicos são considerados como Seminários Maior, tendo amparado no decreto-lei n° 1.051 de 21.10.1969;
- b) A admissão do professor de ER – a realização de concurso público precisa ser bem avaliada; pois, o sistema de coronelismo, apadrinhamentos e nepotismo ainda são fartos na prática brasileira. A seleção do professor de ER precisa ser criteriosa e através de concurso, sob a pena de cairmos na prática da catequese; e,

---

<sup>96</sup> BRASIL, 2004a, p.23.

<sup>97</sup> BRASIL, 2012, p.21.

<sup>98</sup> MALISKA, 2001, p.3.

<sup>99</sup> ROSE, Francis. Intolerância religiosa. Jornal Estado de Minas. 30 de set., 2006, p.4.

- c) A remuneração do professor de ensino religioso – inicialmente a Lei n. 9394, em seu conteúdo indicava caminhos para que o ER fosse ministrado por voluntários, por se tratar de uma disciplina não obrigatória e com matrícula facultativa, mas “quiseram os deuses” que em Lei n. 9.475/97 houvesse remuneração ao professor de ensino religioso.

O professor tem a sugestão de que o ER seja enquadrado nas funções e remunerações, conforme disposto em leis estaduais para os profissionais de ensino.

O objetivo do Ensino Religioso é proporcionar ao aluno as oportunas experiências, informações e reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida, que o ajudem a cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido radical da sua existência em comunidade, e preparar-se assim para uma opção responsável do seu projeto de vida. [...] É ajudar o aluno a formular em profundidade o questionamento religioso e a dar sua resposta devidamente informada, responsável e engajada<sup>100</sup>.

O ER é uma questão diretamente ligada à vida, e que vai se refletir no comportamento, no sentido que orienta a sua ética; ou seja, “[...] todo sistema religioso consiste precisamente em oferecer aos homens os meios pelos quais o profano pode se tornar sagrado, [...] em reconhecer o que é investido de um poder divino”<sup>101</sup>.

Na medida em que as religiões tenderam a se institucionalizar e a se tornarem organizações públicas, mantidas e presididas pelo rei ou sustentadas oficialmente como um bem do Estado, pela comunidade política, introduziu-se uma distinção, mais ou menos perversa, entre ética, regulada pela fidelidade dos cidadãos aos costumes e bens da comunidade política, e a religião, cujas práticas eram ditadas pela fidelidade aos ritos e celebrações, independentemente da qualidade ética, tanto dos cidadãos como dos sacerdotes que os presidiam<sup>102</sup>.

Através da dicotomia entre religião e vida marcou de modo significativo a religião, tornou-se um dos mais graves problemas do cristianismo latino-americano, como identificou o episcopado católico em Santo Domingo, em 1992<sup>103</sup>.

O que ocorre é a necessidade e a seriedade para se orientar a formação da prática pedagógica de um profissional que ainda não existe; ou seja, o profissional deverá estar capacitado, qualificado por uma visão e atuação muito maior que mostrou possuir a prática até hoje, e no qual o conteúdo deixe de ser quase que exclusivamente uma reflexão de valores, mas possa explicitar áreas específicas do conhecimento religioso<sup>104</sup>.

<sup>100</sup> GRUEN, Wolfgang. O ensino religioso na escola. Petrópolis: Vozes, 1995, p.37.

<sup>101</sup> FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. O tema gerador no currículo de Educação Religiosa: o senso simbólico. Petrópolis: Vozes, 2000, p.52.

<sup>102</sup> KAPPEL, 2006, p.12.

<sup>103</sup> MALISKA, 2001, p.3.

<sup>104</sup> MALISKA, 2001, p.3.

Ressalta-se que a sala de aula não pretende se transformar em uma comunidade de fé, é um lugar privilegiado de reflexão sobre limites e superações. O que leva a necessidade de se construir uma pedagogia que favoreça tal perspectiva, porque o que objetivamos é fruto de uma experiência pessoal, na incansável busca de respostas par as questões existenciais. É preciso interpenetrar teoria e prática<sup>105</sup>.

Nesse processo, a elaboração de uma linguagem simbólica favorece a descoberta e experiência dessa realidade, portanto, podemos considerar quanto aos aspectos essenciais que orientam a ação pedagógica do ER a pedagogia do limite, a linguagem simbólica, os livros sagrados, e a dimensão dos valores<sup>106</sup>.

Professor às vezes acha-se limitado e incapaz de fazer um ser crescer e transformar. Pois que você acredite, que por tudo o quanto sabe, se colocar uma pitada de amor, dedicado e carinho, terá o resultado que o nosso mundo atual tanto precisa, que é: a transformação e formação de crianças e jovens para um mundo melhor<sup>107</sup>.

O ER tem a missão de preparar o aluno para o exercício pleno da cidadania por meio do desenvolvimento de valores como: a prática do bem, a solidariedade, a fraternidade, o respeito, o diálogo, a confiança, enfim, valores que aproximam o ser humano do outro e rompe com todas as formas de diferenças e exclusões.

Neste aspecto, o ER é um componente voltado para a formação humana, uma das grandes carências no processo formativo, haja vista o índice de violência e agressividade cada vez maior nas escolas. Pois, sendo a religião um fenômeno humano abrangente, que está entranhado em todas as áreas da cultura, as suas diversas facetas permitem a interdisciplinaridade no seu tratamento.

Desse modo, ao mesmo tempo que o ensino religioso serve para ampliar o universo cultural do aluno, este ensino se torna muito mais consistente, enraizando-se nas múltiplas áreas do conhecimento. Cumpre-se assim a proposta do Forum Nacional Permanente do Ensino Religioso:

[...] a abordagem didática se dá numa sequência cognitiva, possibilitando a continuidade das aprendizagens que deve considerar: a bagagem cultural religiosa do

---

<sup>105</sup> MALISKA, 2001, p.4.

<sup>106</sup> GRUEN, 1995, p.38.

<sup>107</sup> LOPES, Maria das Graças Queiroz. A educação religiosa como proposta para a formação de uma juventude na escola pública. Educação Pública. 2007. Disponível em <[http://www.educacaopublica.rj.gov.br/discutindo/discutindo.asp?cod\\_per=25](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/discutindo/discutindo.asp?cod_per=25)>. Acesso em 20 de out., 2014, p.1.

educando, seus conhecimentos anteriores; a complexidade dos assuntos religiosos, principalmente devido à pluralidade; a possibilidade de aprofundamento<sup>108</sup>.

A prática vai se dar na ordem da linguagem simbólica, na busca do desenvolvimento do educando na capacidade de decifrar a linguagem simbólica e na compreensão das experiências do transcendente.

## 2.2 Concepção conservadora na formação de docentes

São os paradigmas educacionais que determinam as concepções a respeito dos docentes sobre a visão de mundo, sociedade e suas práticas pedagógicas; e tomam como base dois modelos: o conservador, que visa a uma aprendizagem mecânica de moldar para a reprodução do sistema, e o modelo inovador, com a abordagem da complexidade, heterogeneidade e reflexão<sup>109</sup>.

A concepção conservadora traz as denominações de treino, capacitação e reciclagem, e a concepção inovadora é vista como inicial, contínua, continuada ou em exercício e desenvolvimento profissional. A concepção conservadora, por muitos séculos, apresentou-se como uma herança do distanciamento entre a teoria e a prática, onde o professor aprendia fazendo, sem fazer nenhuma relação com o que tinha aprendido na teoria; assim, mais uma vez, o conhecimento era reproduzido: o professor ensinava e o aluno copiava sem questionar.

Um conhecimento baseado na formulação de leis tem como pressuposto metateórico a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro. Segundo a mecânica newtoniana, o mundo da matéria é uma máquina cujas operações se podem determinar exatamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático e eterno a flutuar num espaço vazio, num mundo que o racionalismo cartesiano torna cognoscível por via da sua decomposição nos elementos que o constituem. Esta ideia do mundo máquina é de tal modo poderosa que se vai transformar na grande hipótese universal da época moderna, o mecanicismo<sup>110</sup>.

A concepção de Boa Ventura reflete o período da industrialização que influenciou na educação com o ensino mecanicista, fase em que o professor preparava os alunos para o mercado de trabalho, utilizando metodologias de memorização e respostas como estímulo. Os

<sup>108</sup> INCONTRI, Dora. Ensino Religioso sem Proselitismo. É Possível? Portal do Espírito. 2003. Disponível em <<http://www.espirito.com.br/portal/artigos/diversos/religiao/ensino-religioso.html>>. Acesso em 10 de out., 2014, p.1.

<sup>109</sup> SANTOS, Vanderlei Siqueira dos. Formação de professores numa visão complexa com o auxílio de metodologias e dispositivos em interfaces online. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 10, n. 31, set./dez. 2010, p.522.

<sup>110</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. Estudos Avançados, v.2, n.2, 1988, p.48.

docentes eram obrigados a manter a ordem da sala, porém os professores não cobram mais ordem, disciplina e participação dos alunos/ “clientes” em sala de aula<sup>111</sup>. A historicidade da formação de professores na visão racionalista era de treino, já o conhecimento, era fragmentado, linear, moldado e centrado no professor, com reflexos hoje.

O professor, para ser considerado como exemplo a ser seguido pelos alunos, tinha que dominar o conteúdo para ministrar as disciplinas e apresentava planos de ensino a serem cumpridos, que eram divididos por níveis de dificuldades, do mais simples ao mais complexo, de forma hierarquizada. Com isso, a formação de docentes objetivava o domínio de conteúdos e habilidades; o profissional teria de cumprir com todos os conteúdos curriculares de forma subordinada, através de técnicas e procedimentos manuais<sup>112</sup>.

[...] refere-se à formação conservadora enciclopédica de professores como um processo de transmissão de conhecimentos científicos e culturais de modo a dotar os professores de uma formação especializada, centrada principalmente no domínio de conceitos e estrutura disciplinar da matéria em que é especialista<sup>113</sup>.

O paradigma conservador de treinamento tem como objetivo atualizar ou sistematizar determinadas atividades, que através do modelo fordista surge para preparar os profissionais à modelagem do ensino para preparação profissional. Com a explosão da Revolução Industrial, houve necessidade de mão de obra qualificada, a educação assumiu a responsabilidade de transferir conhecimentos técnicos, exigindo dos profissionais treinamentos para atuarem em variados setores de empregos gerados na época<sup>114</sup>.

O período de ditadura no Brasil, a concepção de qualificação dos docentes apresentou-se em duas dimensões: conservadoras a de modelagem e a de conformação, onde os alunos eram preparados a aceitarem, de modo pacífico as modelagens e se conformarem com os moldes pré-estabelecidos sem reflexão e questionamentos. Cabia ao professor, a responsabilidade de transmitir os conhecimentos tecnicistas, modelando os alunos para reproduzir os pré-requisitos, garantindo profissionais para o mercado de trabalho e determinando assim suas profissões<sup>115</sup>.

O treinamento através dos moldes utilizava módulos ou blocos com métodos de

---

<sup>111</sup> SANTOS, 1988, p.49.

<sup>112</sup> PEREIRA, Liandra; BEHRENS, Marilda Aparecida. Os paradigmas educacionais: formação e desenvolvimento dos docentes universitários. 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/852\\_375.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/852_375.pdf)>. Acesso em 26 de out., 2014.

<sup>113</sup> BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma da complexidade na formação e no desenvolvimento profissional de professores universitários. Porto Alegre/RS, ano XXX, v.63, n.3, p.439-455, set./dez. 2007, p.450.

<sup>114</sup> PEREIRA, BEHRENS, 2008, p.2.

<sup>115</sup> PEREIRA, BEHRENS, 2008, p.3.



repetição mecânica e passividade de treinos, com apostilas e guias manuais como uma receita validada a ser seguida. Treinar era simplesmente passar a alguém algo que ainda não conhece<sup>116</sup>. O entendimento de modelagem ou conformação pode ser esclarecido por:

Formar = modelar. Partindo dessa definição, a formação busca 'dar forma' aos indivíduos. Eles são formados na medida em que são modelados, isto é, são transformados no tipo de produto que se toma como modelo... Formar = conformar. Esse segundo desvio do sentido original é, se possível, ainda mais grave. Nesse caso, a intenção é fazer com que o indivíduo aceite e conforme-se com o planejamento de vida e de atividades para o qual foi formado. Logo, o processo de homogeneização, as condições de mercado de trabalho e a pressão dos empregadores levam a pessoa a ter que se 'conformar'<sup>117</sup>.

Com o treino, o sujeito não tem a oportunidade de ser ativamente participante do conhecimento a ser aprendido, tendo que aceitar todos os conteúdos sem questioná-los e sem entender a validade de determinados assuntos, seguindo uma visão Behaviorista. O professor tem a formação de treinamento como instrumento para habilitação, estando apto para realizações de atividades dentro da sala aula, renunciando a suas ideologias, culturas e atividades críticas, e tendo como objetivo a mudança de comportamentos desejados para a submissão profissional<sup>118</sup>.

A formação dos professores também recebe outra nomenclatura: a capacitação, que com o avanço das tecnologias define em qualificar recursos humanos tendo o apoio do mercado, da indústria e da escola, com o objetivo de preparar pessoas para uma determinada técnica ou manejo. A capacitação pode ser entendida como influência a ser gerada como um treino sem aproximar-se da reflexão e da crítica. Nessa visão, o professor era aquele que aceitava tudo sem questionar e sem criticar<sup>119</sup>.

No entanto, a capacitação tem como objetivo a atualização e qualificação dos professores com a finalidade de desempenho nas atividades com eficiência e eficácia, conhecendo-as, analisando-as e aceitando-as sem questionar. Esta concepção tem que acabar, pois reproduz a fragmentação, a memorização, a homogeneidade, entre outras.

Outra característica da qualificação da formação dos docentes é a formação continuada ou atualização que define como reformar a prática pedagógica dos professores. Nesse momento, os professores faziam o papel de multiplicadores, ou seja, os administradores acreditavam que os profissionais que recebiam a reciclagem poderiam repassar para os outros

---

<sup>116</sup> PEREIRA, BEHRENS, 2008, p.3.

<sup>117</sup> BEHRENS, 2007, p.452.

<sup>118</sup> BEHRENS, 2007, p.453.

<sup>119</sup> BEHRENS, 2007, p.453-454.

colegas, e assim multiplicando-a<sup>120</sup>.

Os docentes apresentavam dificuldades ao repassarem para os colegas a novidade do curso, não acontecendo as propostas de multiplicação nas escolas. No entanto, os professores selecionados para a reciclagem não tinham condições de oferecer a formação para os colegas. Por isso, Candau: “crítica e rejeita a concepção clássica de reciclagem, que significa “refazer o ciclo”<sup>121</sup>.

Esta crítica se faz devido à concepção de reciclagem, que faz uma reflexão sobre a formação dos professores que através deste curso de se refazer o ciclo pode se fazer as transformações das ações dos professores, não entendendo como uma discussão para mudança que deve acontecer contínua e coletiva. Sendo que muitos gestores entendem estes cursos isolados como trocas de experiências com outro colega, como o bastante para os docentes mudarem suas atuações na sala de aula. As trocas de experiências são importantes para o crescimento do profissional, mas devem ser apenas o ponto inicial da reflexão, compreendendo a necessidade de outros encontros dando, então, a continuidade a reflexões coletivas<sup>122</sup>.

### 2.3 Concepção inovadora na formação dos docentes da disciplina ensino religioso

A concepção inovadora propõe uma visão reflexiva, crítica e transformadora na educação; é a concepção que abrange a lógica da totalidade e a interconexão, semeando uma concepção de homem, mundo e sociedade. A formação de professores nesta concepção inovadora entende-se como o processo da qualificação contínua do mesmo, abordando a reflexão, a criticidade e a transformação<sup>123</sup>.

A concepção inovadora vem desafiando a superar a concepção conservadora mecanicista, sobrepondo uma visão de formação de professores que leve a novos modelos de investigar, ensinar e de aprender<sup>124</sup>.

A denominação formação contínua deve ser analisada, no entendimento de que a ideia

---

<sup>120</sup> PEREIRA; BEHRENS, 2008, p.4.

<sup>121</sup> BEHRENS, 2007, p.454.

<sup>122</sup> BEHRENS, 2007, p.455.

<sup>123</sup> BEHRENS, 2007, p.456.

<sup>124</sup> PEREIRA, BEHRENS, 2008, p.456.

de “formar” dá ideia de treinamento ou capacitação, sendo que deve ser refletido como um momento propulsor onde o professor tem abertura para se preparar enquanto profissional que atua em um organismo vivo e dinâmico<sup>125</sup>.

A formação dos docentes da disciplina ER seria a de desafiá-los a modificar e transformar seu papel, para professores críticos e reflexivos. Entendendo este processo como contínuo, progressivo e amplo e que apropriem de teorias que fazem pontes com as práticas pedagógicas<sup>126</sup>.

A partir da década de 1990 a formação dos docentes passa a ganhar novas denominações como: formação inicial, contínua, continuada ou em serviço e o desenvolvimento profissional. Abordar a formação de professores antes de mais nada é desvelar o significado do termo educação e processo ensino-aprendizagem, e sua implicação na escola no Ensino Médio.

Observa-se, no entanto, que os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a educação não seja vista apenas como uma outra inovação. No entanto, as percepções e as atitudes dos professores são obviamente fundamentais às suas respostas para novas políticas de ensino, afetando o modo como as políticas reagem às respostas e como implementam a capacitação. Aqueles que planejam ou oferecem treinamento deverão considerar as atitudes dos professores, assim como os diretores e os coordenadores de implementarem mudanças ao nível da escola como um todo<sup>127</sup>.

---

<sup>125</sup> PEREIRA; BEHRENS, 2008, p.458.

<sup>126</sup> SILVA, Maria Eliane Azevedo da; SOARES, Afonso Maria Ligorio. Formação docente e o Ensino Religioso: resultado preliminar de levantamento sobre teses e dissertações no Brasil. Revista Pistis Praxis, Teologia e Pastor, Curitiba, v.2, n. 2, p. 361-381, jul./dez. 2010.

<sup>127</sup> BEHRENS, 2007, p.459.

### 3. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO NA CONCEPÇÃO DO ALUNO

No campo escolar, a elaboração do ER deve ter um caráter ecumênico, pautado no respeito pela liberdade religiosa; deve estar inserida no campo do currículo escolar, merecer um tratamento igualitário no processo educacional, no que se refere ao reconhecimento de que as diferentes igrejas precisam ser idênticas ao direito de entrar no espaço escolar. Com isso, emerge a necessidade de estabelecer novos referenciais para lidar na escola, com o aspecto religioso do indivíduo, principalmente com os questionamentos sofridos ao longo da Constituição, de 1986 a 1988<sup>128</sup>.

O ER abrange três modelos, de construção de natureza política, cultural, eclesial e teórica. Os modelos apresentados captam as tendências que predominam as práticas da disciplina, a partir do critério de fundamentação epistemológica. Ressalva-se que, além dos modelos sugeridos – catequético, teológico e das Ciências da Religião – podem haver outros e, muitas vezes, uma composição de três<sup>129</sup>.

O critério epistemológico objetiva captar os fundamentos primeiros das práticas da disciplina, num propósito de construir uma análise genética da questão, que é de expor conceitualmente seus pontos fundamentais e suas decorrências diretas e colaterais para as práticas de ontem e de hoje<sup>130</sup>.

O modelo catequético é parte da vida das confissões religiosas, elas se sustentam na transmissão de seus princípios de fé, de suas doutrinas e dogmas. O quadro, ilustra alguns aspectos que caracterizam o modelo catequético em sua estruturação e operacionalização. O objetivo do quadro é oferecer uma visão sintetizada e comparativa entre todos os modelos.

---

<sup>128</sup> CAETANO; OLIVEIRA, 2011, p.8.

<sup>129</sup> PASSOS, João Decio. Ensino religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In. SENA, Luzia. Ensino religioso e formação docente. São Paulo: Paullinas, 2005, p.27-28.

<sup>130</sup> PASSOS, 2005, p.27-28.

Cosmovisão	Unirreligiosa
Contexto político	Aliança Igreja-Estado
Fonte	Conteúdos doutriniais
Método	Doutrinação
Afinidade	Escola Tradicional
Objetivo	Expansão da Igreja
Responsabilidade	Confissões religiosas
Riscos	Proselitismo e intolerância

Quadro 1. Modelo Catequético: aspectos que o caracterizam  
 Fonte: PASSOS (2005, p.30).

O modelo é organizado na sustentando a confecionalidade. Pontua Passos<sup>131</sup>, que em todos os momentos da história, após o surgimento do Cristianismo, “a catequese era vista como construção, como uma prática escolar voltada para a formação das ideias corretas em oposição às ideias falsas”.

No modelo catequético os conteúdos ficam sob responsabilidade das igrejas e, com a confecionalidade, aparece o modelo pedagógico tradicional; no entanto, o risco dessa proposta é o proselitismo e a intolerância religiosa. O modelo possui uma cosmovisão unirreligiosa, tendo em seu contexto político, a aliança entre Igreja e Estado, e tem, como fonte os conteúdos Doutriniais, a Doutrinação; possui afinidade com a escola tradicional, e objetiva a expansão das igrejas, a responsabilidade é das confissões religiosas e, assim como o modelo Catequético, é grande o risco de proselitismo e intolerância<sup>132</sup>.

De um modo geral, é uma concepção notória para o aluno, de que a religião encontra-se presente em todas as sociedades, e momentos históricos, evidenciando que ela não pode ausentar-se da vida do estudante. Independente de seguir uma religião ou não, todos os indivíduos têm o que se chama religiosidade, ou seja, um sentimento que questiona ou crê sobre as forças superiores e anteriores e que são capazes de auxiliar, proteger, punir, apoiar ou castigar. Entende-se com isso que a presença da religiosidade na vida de um estudante, assim como sua reflexão e conversa, é fundamental<sup>133</sup>.

<sup>131</sup> PASSOS, João Decio. Ensino Religioso: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007, p.57.

<sup>132</sup> STIGAR, Robson. Ensino Religioso: construção de uma proposta, Revista Pistis Práxis, Teologia, Pastoral, Curitiba, v.2, n.2, jul./dez. 2010, p.545.

<sup>133</sup> CORTELLA, Marcio Sergio. Educação, ensino religioso e formação docente. In. SENA, Luzia. Ensino religioso e formação docente. Ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2005. p.11-20.

O modelo teológico trata-se de uma concepção do ER que busca uma fundamentação para além da confessionalidade estrita, visando superar a prática catequética. A justificativa teológica da disciplina da religião, vem contextualizada e baseada por uma cosmovisão religiosa moderna que supera a visão de cristandade e de expansão proselitista, que busca oferecer um discurso religioso e pedagógico no diálogo com a sociedade e com as várias confissões religiosas<sup>134</sup>. O quadro 2, ilustra as características do modelo teológico.

Cosmovisão	Plurreligiosa
Contexto político	Sociedade secularizada
Fonte	Antropologia, teologia do pluralismo
Método	Indução
Afinidade	Escola nova
Objetivo	Formação religiosa dos cidadãos
Responsabilidade	Confissões religiosas
Riscos	Catequese disfarçada

Quadro 2. Modelo Teológico: aspectos que o caracterizam  
Fonte: PASSOS (2005, p.30).

O modelo teológico não se configura em conteúdos confessionais nas programações de ER, mas age, principalmente, como um pressuposto que sustenta a convicção dos agentes e da própria motivação da ação. O objetivo está em educar, afirmada em um pressuposto que de existe um valor sustentado por uma visão transcendente do ser humano. A religiosidade é uma dimensão humana a ser “educada”, sendo este o objetivo crucial e fundamental do ER<sup>135</sup>.

O modelo das Ciências da Religião apoia-se especificamente na Epistemologia, por esse motivo, distingue-se dos outros dois modelos por: tirar as decorrências legais, teóricas e pedagógicas da afirmação do ER como uma área de conhecimento; e reconhece que a religiosidade e a religião são como dados antropológicos e socioculturais que devem ser abordados no conjunto das demais disciplinas escolares por motivos cognitivos e pedagógicos<sup>136</sup>.

O modelo apresenta uma visão epistemológica atual, que objetiva superar a fragmentação do conhecimento posta pelas diversas ciências com suas especializações e

<sup>134</sup> PASSOS, 2005, p.30.

<sup>135</sup> PASSO, 2005, p.31.

<sup>136</sup> STIGAR, 2010, p.546.

alcançar horizontes de visão mais amplos sobre o ser humano. O quadro 3 representa o modelo das Ciências da Religião.

Cosmovisão	Transreligiosa
Contexto político	Sociedade secularizada
Fonte	As Ciências da Religião
Método	Indução
Afinidade	Epistemologia atual
Objetivo	Educação do cidadão
Responsabilidade	Comunidade científica e do Estado
Riscos	Neutralidade científica

Quadro 3. Modelo das Ciências da Religião: aspectos que o caracterizam  
Fonte: PASSOS (2005, p.33).

A base metodológica e teórica das Ciências da Religião, apresenta uma cosmovisão transreligiosa, seu contexto político é a sociedade secularizada, a fonte é as Ciências da Religião e método, a indução. A Ciência da Religião tem afinidade com a epistemologia atual, seu objetivo é a educação do cidadão, a responsabilidade dele é a comunidade científica e do Estado, e o risco é a neutralidade científica<sup>137</sup>.

O modelo da Ciência da Religião toma como pressuposto do ER a educação do cidadão. O estudo da religião na mesma intensidade e sequência das outras disciplinas que visa à educação dos sujeitos para viver responsavelmente em sociedade<sup>138</sup>.

Em cada modelo exposto, revela os sujeitos responsáveis por sua gestão e execução e poder esconder certos riscos, como em toda a prática educativa.

A experiência religiosa apresenta um apelo, que mobiliza as disposições íntimas do aluno, por ser uma aceitação voluntária de crenças, líderes e movimentos religiosos. Exige esse compromisso do indivíduo que pode ser denominado “ato de fé”. Sendo que, a fé, como compromisso, como supra-empírico, apresenta uma possibilidade de dúvida<sup>139</sup>.

A fé e a dúvida continuam estreitamente ligadas, e, sob a “evidência” institucionalizada, a estrutura básica da religião e da legitimação da sociedade

<sup>137</sup> STIGAR, 2010, p.546.

<sup>138</sup> PASSOS, 2005, p.33.

<sup>139</sup> O’DEA, Thomas. Sociologia da religião. São Paulo: Pioneira editora, 1969, p.135.

continua vulnerável à dúvida – uma dúvida que afasta a evidência, decorrente do consenso, mas apenas aparente, das crenças<sup>140</sup>.

Reconhece-se que, para o aluno é difícil a compreensão de que a religiosidade, até porque existe a dúvida, e por ser uma percepção e uma conexão com Vida que procura captar, fruir e proteger de tudo que ultrapassa a materialidade e imediatividade do Mundo, ou seja, é um sentimento que deseja fixar os múltiplos e intrigantes significados da existência para além da sensação de tudo e nós, mesmos sermos provisórios, finitos, precários e desnecessários<sup>141</sup>.

Para uma criança a compreensão da religião, seus dogmas e princípios teológicos não é fácil. No entanto, seu sentimento de religiosidade aproxima-se de um mágico, que tem desde sempre. Um menino de 3 ou 4 anos de idade possui um imaginário magnífico: ele se vê, se pensa, se oferece superpoderes, lança forças de inimigos ou de amigos fantasiosos<sup>142</sup>.

A partir dos 6 ou 7 anos, cria bases melhores de racionalidade e compreende mais a relação de causa e efeito do mundo. Ao formar conexões, perde um pouco da credulidade e passa a inquietar-se com algumas questões forte da vida como: “por que isso acontece?”, “por que não?”. São essas as formas de questionamentos e espiritualidade, que, dependendo dos pais e docentes, podem ou não ser dirigidas por um canal positivo<sup>143</sup>.

É notório que a religião é uma questão de foro íntimo, ou seja, é uma escolha pessoal. Não faz-se necessário institucionalizar um sentimento religioso.

Podemos tê-lo, acreditar numa força sagrada, achar que existe uma razão e não praticar força sagrada, achar que existe uma razão e não praticar um culto formal. Contudo, a criança não consegue decidir totalmente sobre sua opção religiosa e, usualmente, é induzida por seus pais quando levada a o templo. Isso pode acontecer a qualquer momento, independentemente da idade<sup>144</sup>.

Com o decorrer dos séculos, avanços significativos já ocorreram no direcionamento pedagógico desde as reflexões e lutas pela inserção do ER, garantida na Constituição Federal de 1988, foi assim que o ER passo a ocupar espaço na educação integral do ser humano, com seus valores e suas aspirações mais profundas. O ER busca cultivar no ser humano as razões mais íntimas e transcendentais, fortalecendo nele o caráter de cidadão, desenvolvendo seu espírito de participação, oferecendo critérios para a segurança de seus juízos e aprofundando

---

<sup>140</sup> O'DEA, 1969, p.135.

<sup>141</sup> CORTELLA, 2005, p.17.

<sup>142</sup> CORTELLA, 2005, p.18.

<sup>143</sup> PASSOS, 2005, p.21.

<sup>144</sup> PASSOS, 2005, p.18.



as motivações para a autêntica cidadania.". Todavia, a inquietação do "como fazer" ainda continua sendo crucial<sup>145</sup>.

Mas, acima de tudo: “[...] como pedagogo, admite que esta experiência acontece independente de religião, mas pode procedê-la ou fortalecer as predisposições do ser humano para encaminhar-se a ela e realizar esta experiência também nela”<sup>146</sup>. Isso é uma questão de educação em prol da cidadania plena, onde sustenta-se pressupostos educacionais, e não sobre argumentações religiosas, ainda que a religiosidade possa ser um valor, aliás, é um valor que se deve ser educado para que possa contribuir com a vida pessoal e social do aluno<sup>147</sup>.

Sem perder de vista as raízes que nutriam inicialmente um sistema sócio-político-cultural de grande significado, reconhece-se que educandos e educadores trazem para a escola um novo acervo: a linguagem, do modo de experimentar e interpretar a realidade, diversificadas e novas concepções de ser humano e de mundo. O que decorre uma outra maneira de expressar a religiosidade, dependendo ou não do grupo a que pertencem, dentro ou fora de uma religião.

A formação de professor de ER relaciona-se com o movimento de resistência contra a exclusão social do professor e do educando no processo de consciência de mundo, que historicamente vem afetando grupos minoritários, caracterizado por movimentos sociais que visam à conquista do exercício do direito ao acesso a recursos e serviços da sociedade.

Faz-se importante mencionar que pode-se tornar uma possibilidade do professor de ER se aperfeiçoar continuamente, desde que esta proporcione um espaço de discussão e de vivência das situações problemas, bem como, de suas alternativas de solução. Em se tratando da formação continuada de professores que irão trabalhar com o Ensino Médio, em especial com o conteúdo ER.

---

<sup>145</sup> MAKIYAMA, 2004, p.2.

<sup>146</sup> FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. O tema gerador no currículo de Educação Religiosa: o senso simbólico. Petrópolis: Vozes, 2000, p.56.

<sup>147</sup> PASSOS, 2005, p.18.

#### 4. METODOLOGIA

A metodologia em um trabalho científico refere-se a uma minuciosa explicação, detalhada e rigorosa de toda ação envolvida no método, ou seja, é o caminho do trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, das técnicas utilizadas, tempo previsto, formas de tratamento dos dados, ou seja, abrange tudo que foi utilizado para a pesquisa.

A pesquisa consiste em uma atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um questionamento sistemático crítico e criativo, associada a uma intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático<sup>148</sup>. Para Minayo: “a pesquisa é uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”<sup>149</sup>.

Na presente pesquisa, no que se refere ao ponto de vista de sua natureza, da forma de abordagem do problema, de seus objetivos e procedimentos técnicos adotados, utilizou-se a pesquisa aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas locais<sup>150</sup>.

Quanto aos objetivos, as pesquisas utilizadas foram: descritiva e exploratória. A pesquisa exploratória é aquela que visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo<sup>151</sup>; a pesquisa do tipo descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles<sup>152</sup>.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa utilizada foi a quantitativa, por considerar que tudo por ser quantificável, ou seja, pode-se traduzir em número, as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Essa pesquisa utiliza amostras, traduzidas em informações numéricas, ou seja:

[...] pelo emprego da quantificação tanto das modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples

---

<sup>148</sup> DEMO, Pedro. Pesquisa e construção de conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.9.

<sup>149</sup> MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993, p.96.

<sup>150</sup> SOARES, Maria Isolina de Castro. Leitura e práticas de pesquisa. In. MEDEIROS, Ilalza Maria da Conceição; LOURENÇO, Eliana Maria da Silva Madeira; FARINI, Luzimara de Souza Cordeiro. Diálogos sobre a educação profissional e tecnológica: saberes, metodologia e práticas pedagógicas. Vitória/ES: UFES, 2011, p.71.

<sup>151</sup> GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

<sup>152</sup> Gil, 2002, p. 45.

como percentual, médica, desvio-padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.<sup>153</sup>.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa foi bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é aquela que: “[...] quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos, revistas, jornais e atualmente com material disponibilizado na Internet”<sup>154</sup>. O estudo de caso é quando envolve um profundo estudo que permite um amplo e detalhado conhecimento. No caso em questão, foi realizada uma pesquisa de campo no EMEF - Hilário Vieira da Silva, com os alunos e professores da rede municipal de ensino de Cariacica.

A pesquisa de campo é uma fase realizada após a pesquisa bibliográfica, para que o pesquisador tenha conhecimento acerca do assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados<sup>155</sup>. Para a realização da pesquisa de campo, utilizou-se a técnica de coleta de dados, por meio de entrevistas com intuito de analisar a formação pedagógica do professor da disciplina ER, no sistema municipal de ensino de Cariacica-ES, e a visão do aluno da rede em relação a esta disciplina.

O universo da pesquisa abrangeu um total de 34 (trinta e quatro) professores da rede de ensino municipal de Cariacica e 154 (cento e cinquenta e quatro) alunos da Escola Municipal de 1º. Grau "Hilário Vieira da Silva" em Cariacica-ES.

O universo da pesquisa abrangeu um total de 34 (trinta e quatro) professores e 154 (cento e cinquenta e quatro) alunos da Escola Municipal de 1º. Grau "Hilário Vieira da Silva" em Cariacica-ES. Para a coleta de dados utilizou-se a entrevista, por meio de dois questionários: para alunos do 6º ao 9º ano, e com professores, conforme Apêndice 1 e 2, respectivamente. A aplicação dos questionários ocorreu no segundo semestre do ano de 2013.

Após a coleta de informações provenientes das entrevistas, os dados coletados foram tabulados e calculados no Excel, em seguida, foram confeccionados os gráficos. Seguiu-se com a análise e interpretação dos dados coletados.

---

<sup>153</sup> MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008, p.269.

<sup>154</sup> GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1991, p.13.

<sup>155</sup> MARCONI; LAKATOS, 2008, p.271.

#### 4.1 Apresentação e Caracterização do EMEF – Hilário Vieira da Silva

Nos anos 1980, uma professora moradora do bairro adjacente, Campo Novo, iniciou um trabalho de alfabetização, cedendo sua casa para que fosse criada uma Escola Pluridocente, logo assumida pelo Estado, com o objetivo de atender a grande carência da região. Mais tarde, com a demanda dos bairros e dificuldade de localização, cresceu a necessidade da implantação de uma escola mais ampla, que pudesse atender um maior número de alunos.

Em 1989, a líder comunitária do bairro Jardim Campo Grande, preocupada com situação, elaborou alguns documentos pedindo a construção da “tão sonhada” escola. O processo tramitou vários anos, após, conseguindo a desapropriação de uma grande área, medindo 1800 m<sup>2</sup>. Com o local liberado, a assinatura veio a seguir, das mãos do Governador Albuíno Azeredo, causando grande alegria a todos moradores. Que nunca tiveram, até o momento, sequer uma área de lazer.

A partir deste momento, a escola Pluridocente Campo Novo foi extinta, transformando – se em Escola de 1º Grau “Jardim Campo Grande”. Esta escola teve início de suas funções em 12 de março de 1996, sendo inaugurada em 04 de abril do mesmo ano, pelo então Governador do Estado Sr. Vítor Buaiz. De acordo com uma lei Federal, a Escola Estadual de Ensino Fundamental “Jardim Campo Grande” passou por um novo processo de transformação, sendo dirigida a partir de 31/05/2006 pela Prefeitura Municipal de Cariacica, com o nome de Escola Municipal de Ensino Fundamental “Jardim Campo Grande”.

Em 2008, o Conselho Municipal de Educação de Cariacica criado pela Lei n. 2.067/90 e reestruturado pela Lei n. 4.460/07, solicita um Plebiscito visando a mudança de nome pois a escola possui o mesmo nome do bairro e de acordo com a resolução todas as escolas deveriam ter nomes de personalidades com reconhecimento público, extraída do contexto em que a Unidade de Ensino está inserida.

O Plebiscito foi realizado em 28 de maio de 2008. Diante da falta de sugestões dos participantes a diretora em exercício sugeriu dentre outros o senhor Hilário Vieira da Silva (*in memorian*) morador, esposo da líder comunitária da época Sr<sup>a</sup>. Ilda Maria Sperandio da Silva, que durante anos lutou pela construção desta escola, tendo atuado com afinco junto aos órgãos responsáveis para a construção de uma escola no bairro. A senhora supracitada sempre foi conselheira, respeitada pela comunidade e lutadora pela construção de um ensino de

qualidade. Todos os presentes foram unânimes pela aceitação do nome. A diretora encerrou o Plebiscito e informou a todos que a partir daquela data o nome da escola passa a ser EMEF ‘Hilário Vieira da Silva’.

A escola é organizada da seguinte maneira:

Da 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série; 7 turmas; 195 alunos; Horário: 7:00h às 11:30h; Recreio: 9:30h às 09:50h. No horário vespertino: 1<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série; 8 turmas; 264 alunos; Horário: 13:00h às 17:00h; recreio: 15:30h às 15:50h.

Do 1<sup>o</sup> ao 4<sup>o</sup> Ano; 11 turmas; 270 alunos; Horário: 7:00h às 11:30h; Recreio: 9:30h às 09:50h. No horário vespertino: 5<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> Ano; 10 turmas; 310 alunos; Horário: 13:00h às 17:00h; recreio: 15:30h às 15:50h.

A organização da carga horária e número de profissionais da escola encontra-se da seguinte maneira:

Núcleo comum:

Turno matutino: 09 turmas (sendo um professor para cada turma);

Artes – 01 professor;

Educação Física – 01 professor;

Professor colaborador das ações inclusivas – 01 professor.

No turno vespertino:

Núcleo comum – 01 professor;

Língua portuguesa – 02 professores;

Matemática – 02 professores;

Ciências – 02 professores;

História – 02 professores;

Geografia – 02 professores;

Inglês – 01 professor;

Artes – 01 professor;

Ensino religioso – 01 professor;

Educação física – 01 professor.

Núcleo comum:

Turno matutino: 11 turmas (sendo um professor para cada turma);

Artes – 01 professor;

Educação Física – 01 professor;

Professor colaborador das ações inclusivas – 01 professor.

No turno vespertino:

Núcleo comum – 01 professor;

Língua portuguesa – 02 professores;

Matemática – 02 professores;

Ciências – 02 professores;

História – 02 professores;

Geografia – 02 professores;

Inglês – 01 professor;

Artes – 01 professor;

Ensino religioso – 01 professor;

Educação física – 01 professor.

5º Anos (1 professor por turma)

A escola situa-se no bairro Jardim Campo Grande atende não somente a este bairro, mas vários adjacentes, como: Campina Verde, Padre Gabriel, Jardim dos Palmares, Campina Grande, Campo Novo, Vila Nova, Parque Gramado, Santa Bárbara e Colina. A clientela é bastante sofrida e carente, pois a maioria destes bairros não possuem farmácia, supermercados, escola, enfim infra - estrutura adequada.

Os hábitos culturais estão interligados a frequência nas igrejas (diversas) ou bares, pois ainda não existe no local uma área específica de lazer.

O bairro foi formado por pessoas de várias origens, principalmente imigrantes dos interiores do estado, almejando uma melhor situação financeira.

A escola é um espaço de realizações e avaliações. Nessa perspectiva, é fundamental que assuma sua responsabilidade, construindo uma proposta que direcione o trabalho pedagógico, possibilitando o processo de ensino-aprendizagem.

A partir de uma concepção sócio – interacionista, a Escola Municipal Ensino Fundamental “Hilário Vieira da Silva” compreende a educação como construção coletiva permanente, baseada nos princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito, valorização da vida na diversidade e na busca do conhecimento. Nessa perspectiva, utiliza – se de uma metodologia cooperativa e participativa, que contribua na construção da autonomia moral e intelectual de todos os envolvidos no processo educativo, buscando humanização e a mudança social.

A EMEF “Hilário Vieira da Silva” tem o compromisso com uma pedagogia que enfatiza o aprender, buscando na relação ensinar e aprender o prazer de compreender, de conhecer e de descobrir. Destacamos também, o reconhecimento e importância da interação aluno – professor no processo ensino – aprendizagem, em que o educando, torna – se protagonista do processo educativo, e o educador passa a ser um mediador orientado esse processo.

#### 4.2 Projeto Político Pedagógico do EMEF – Hilário Vieira da Silva

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola deve ser inicialmente conceituado como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação objetivando melhorar a organização, a sistematização, o significado e ressignificação das atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

Sua dimensão política pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares e da sociedade. A dimensão esta que caracteriza como um dos eixos de trabalho proposto pela nossa escola.

Ao desenvolver o Projeto Político Pedagógico, as pessoas ressignificam suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas

relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação<sup>156</sup>.

São muitos os problemas sociais, com os quais se convive hoje, são objetos de estudos na sociedade atual e a escola, como instituição formadora, não têm como desvincular-se dessas questões. Desse contexto, reafirma-se a relevância e finalidade do PPP, o qual se constitui como a alma da escola, simbolizando a vida e o trabalho de todas as pessoas que fazem a educação no dia-a-dia (direção, equipe pedagógica, professores, alunos, pais, funcionários da escola e a comunidade em que ela está inserida).

Um dos desafios a ser enfrentado pela escola contemporânea refere-se às mudanças proporcionadas na sociedade pelos últimos avanços tecnológicos, as quais tornaram instantânea a comunicação no planeta e globalizaram a economia em um grande mercado, onde o diferencial das nações depende da educação e a capacidade de iniciativa de suas populações.

Os aspectos tidos como comuns no mundo atual, como o pluralismo político, a multiculturalidade, a intolerância nas relações inter e intrapessoais, as diferenças de classe e de oportunidades, o combate a toda forma de exclusão e a necessidade de inclusão social, são dominantes, por exigir uma maior autonomia, novas formas de participação social e um novo tipo de formação educacional.

Por tudo isso, o PPP proposto pela EMEF Hilário Vieira da Silva, objetiva possibilitar e introduzir mudanças planejadas e compartilhadas coletivamente, pressupondo um compromisso com a aprendizagem do aluno e com uma educação para a cidadania. Apresenta também como referência envolver todos os atores desse processo numa construção coletiva, em busca da excelência da educação, partindo de valores, concepções, princípios e crenças presentes em todo o grupo e que dizem respeito ao futuro do homem e da sociedade, sua melhor maneira de adquirir, transmitir e produzir conhecimentos capazes de orientar a sua caminhada no dia-a-dia.

O PPP proposto fundamenta-se numa metodologia participativa, de uma responsabilidade assumida coletivamente e embasado nos pressupostos teóricos da pedagogia histórico - crítica, na qual enfatiza-se os seguintes aspectos: a aprendizagem significativa, onde todo conhecimento deve ser questionado; o interesse pelas múltiplas dimensões do

---

<sup>156</sup> SOUZA, Ângelo Ricardo de et al.. Projeto político-pedagógico. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2005, p.18.



saber, a importância da aprendizagem para a vida e sua possível aplicabilidade para a solução dos problemas sociais.

Assim, a visão a ser trabalhada no EMEF – Hilário Vieira da Silva, em relação ao conhecimento, é a de que este deve responder aos desafios presentes na sociedade contemporânea, fazendo com que o aluno possa integrar o que foi aprendido na construção de uma nova realidade social, retornando a prática cotidiana com novas propostas de ação e mudanças, estabelecendo a relação prática – teoria – prática.

Entende-se que a visão defendida pela nossa instituição em torno da formação dos alunos seja do desenvolvimento de um trabalho que tenha a missão de formar indivíduos conscientes, mais participativos socialmente, críticos, transformadores de novas realidades, sem haver qualquer benefício de partes, construindo um mundo mais justo e igualitário.

No município de Cariacica, observa-se que os contextos da historicidade envolvem os povos constitutivos do município, representado pelos índios, negros, brancos, e considera-se a cultura e a religiosidade da região.

É importante mencionar que em relação às Diretrizes para a condução do ER no município de Cariacica/ES, Agilmar Anecio Ton foi um dos colaboradores na construção da base curricular desta disciplina.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Entrevistas com os professores

Na pesquisa realizada com os 34 professores da disciplina ER do município de Cariacica-ES, no primeiro questionamento buscou-se informações referentes à escolaridade do professor de ER.

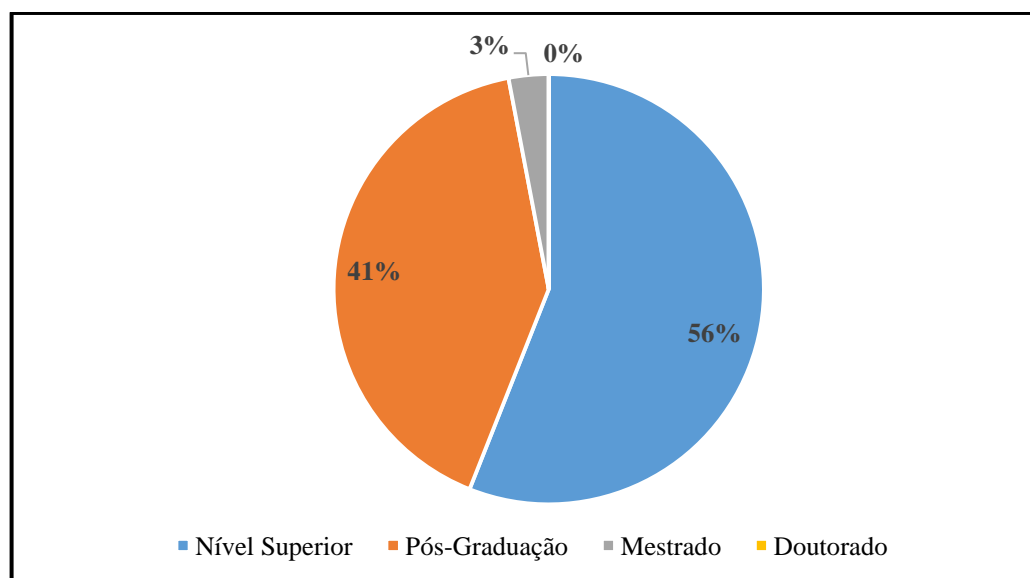


Gráfico 1. Escolaridade

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Dispõe o gráfico que, 56% dos professores possuem nível superior, 41% pós-graduação e 3%, mestrado. Na qualificação da formação dos docentes da disciplina ER, deve haver formação continuada ou atualização que melhor defina a sua prática pedagógica, pois assim, acredita-se que o profissional esteja apto a reciclagem do ensino e aprendizagem e

capaz de repassar para seus alunos o fiel caráter da fé para seus alunos, multiplicando-a<sup>157</sup>.

O gráfico 2, ilustra os dados apurados quanto ao motivo pelo qual, fez com que dê aula na disciplina de ER.

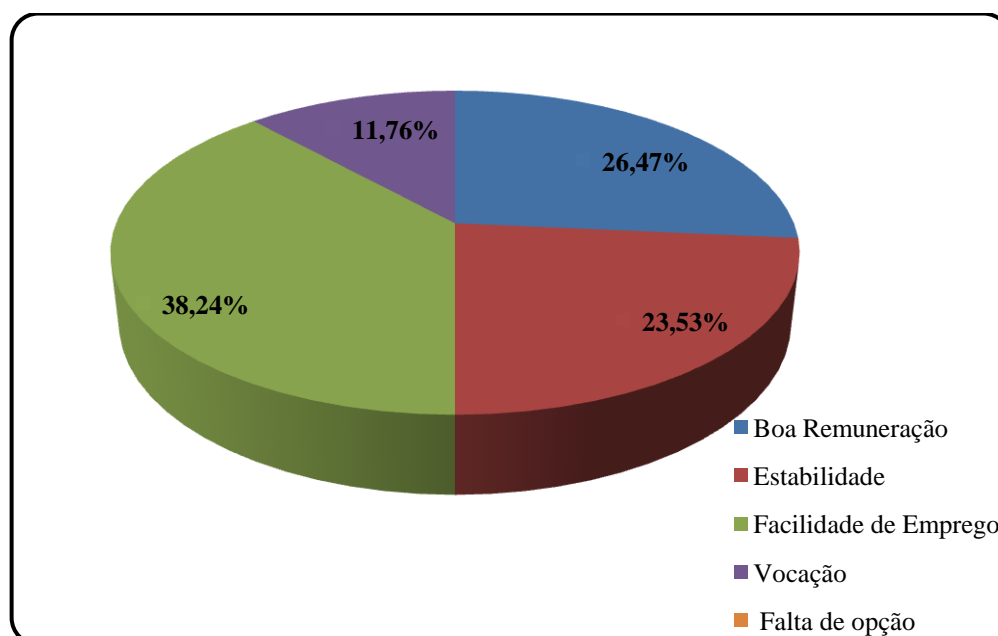


Gráfico 2. Motivo que levou a exercer a atividade de professor de Ensino Religioso  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Conforme gráfico, 38,24% dos professores fazem parte da disciplina ER pela facilidade de emprego; 26,47%, por ter boa remuneração; 23,53%, pela estabilidade; 11,76% por vocação.

A prática do ER nas escolas públicas de um modo geral, sempre tiveram aspecto confessional cristão, ou seja, de pouco ou nada diferia da catequese.

Com a proibição do proselitismo religioso, as propostas curriculares nacionais, afirmaram que o ER nas escolas públicas devem assumir caráter pluralista e não confessional. Esse novo enfoque é antropológico e cultural e não teológico, na perspectiva de estudar o ER como um aspecto próprio e nato ao homem, presente na cultura e se constituindo uma tentativa de conferir um sentido à vida. Com isso, deve-se buscar ministrar a disciplina por vocação e não por facilidade de emprego e boa remuneração.

O gráfico 3, refere-se ao questionamento a respeito do nível de satisfação em relação ao magistério da disciplina ER.

<sup>157</sup> PEREIRA; BEHRENS, 2008, p.4.

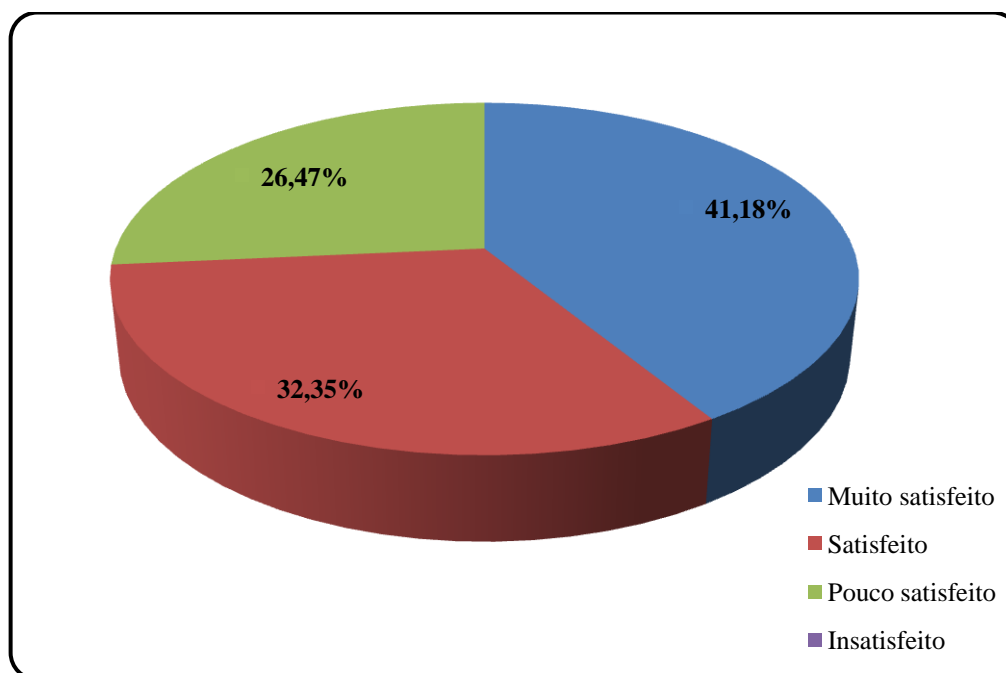


Gráfico 3. Nível de satisfação em relação ao Magistério da disciplina Ensino Religioso  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Observa-se pelo gráfico, que 41,18% dos professores encontram-se muito satisfeitos em relação ao magistério da disciplina ER, enquanto 32,35% estão satisfeitos; 26,47% poucos satisfeitos. Os professores em sua maioria defendem o ER na escola, a satisfação apontada é capaz de revelar que a disciplina é fundamental, porque objetiva educar a dimensão religiosa para o ser humano e estudar o fenômeno religioso; a disciplina visa transmitir valores éticos e morais<sup>158</sup>.

O gráfico 4, ilustra os dados apurados quanto a opinião em relação a implementação do ER nas escolas públicas de Cariacica.

<sup>158</sup> RANQUETAT JUNIOR, 2007, p.47.

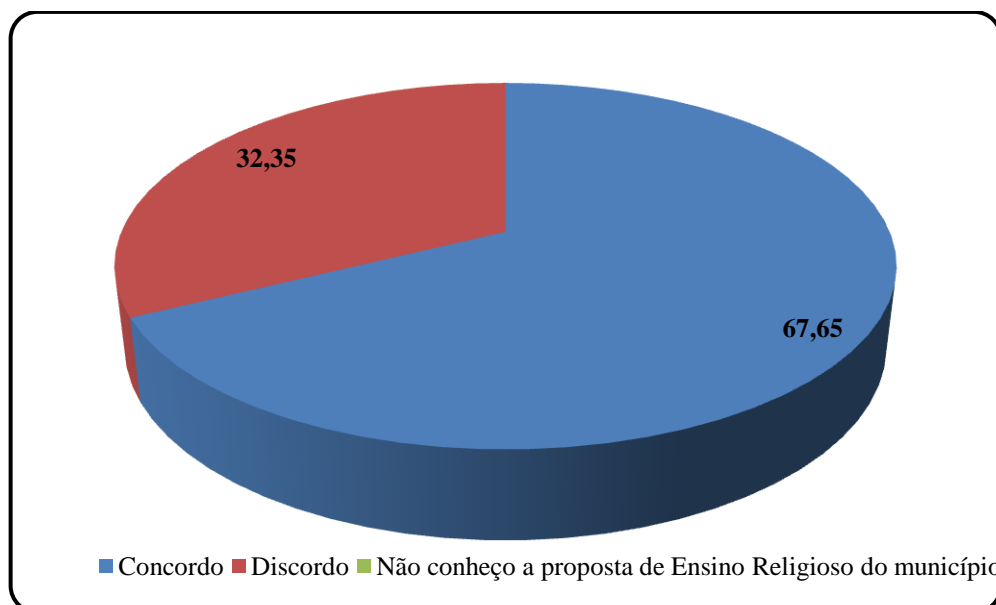


Gráfico 4. Concorda com o Ensino Religioso implementado nas escolas públicas de Cariacica

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

De acordo com o gráfico 5, 67,65% dos professores concordam com a implementação do ER nas escolas públicas de Cariacica, enquanto 32,35%, discordam. Vale a pena ressaltar que a maioria dos professores que dizem não concordar com o ensino Religioso implementado na rede de Cariacica não participam das formações pedagógicas.

Conforme resultado apurado, verifica-se que a maioria aponta para a implementação da disciplina nas escolas públicas de Cariacica, reforçando a premissa que a disciplina servirá de base para vários grupos religiosos hegemônicos. Cabe acrescentar que em algumas pesquisas, existem fundamentos de que o ER não deve ser incluído no currículo escolar, por ser um dogma e crença<sup>159</sup>.

O gráfico 5, refere-se ao questionamento quanto ao cumprimento da missão da disciplina ER nas escolas públicas de Cariacica.

<sup>159</sup> RANQUETA JUNIOR, 2007, p.49.

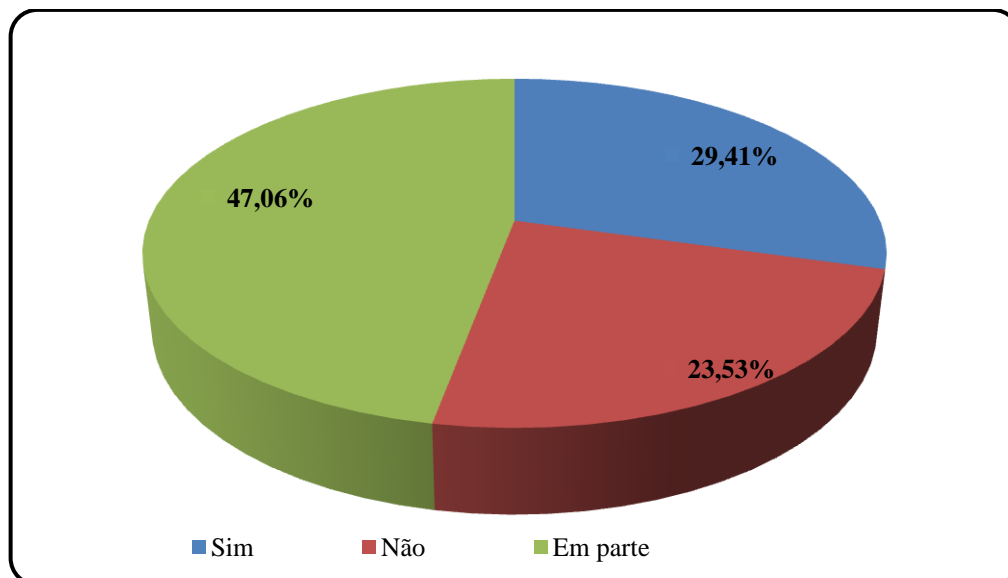


Gráfico 5. Cumprimento da missão na disciplina ER nas escolas de Cariacica  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

O gráfico ilustra que 47,06% dos professores relataram que as escolas cumprem “em parte” com a missão da disciplina ER nas escolas públicas de Cariacica; 29,41%, apontaram positivamente, e 23,53%, negaram a questão. Ressalta-se que a maioria dos professores que dizem em parte são os mesmos que não participam das formações pedagógicas.

A educação só é plena quando se alcança uma totalidade, e para que a disciplina cumpra sua função principal, deve conquistar o aluno, para em seguida prepara-lo para o ato de fé, assim sendo, irá favorecer o crescimento íntegro do ser humano<sup>160</sup>.

O gráfico 6 refere-se as respostas apuradas quanto ao planejamento e execução das atividades extracurriculares.

<sup>160</sup> CRISTIANO; BERNARDI; KRUG, 2010, p.1.

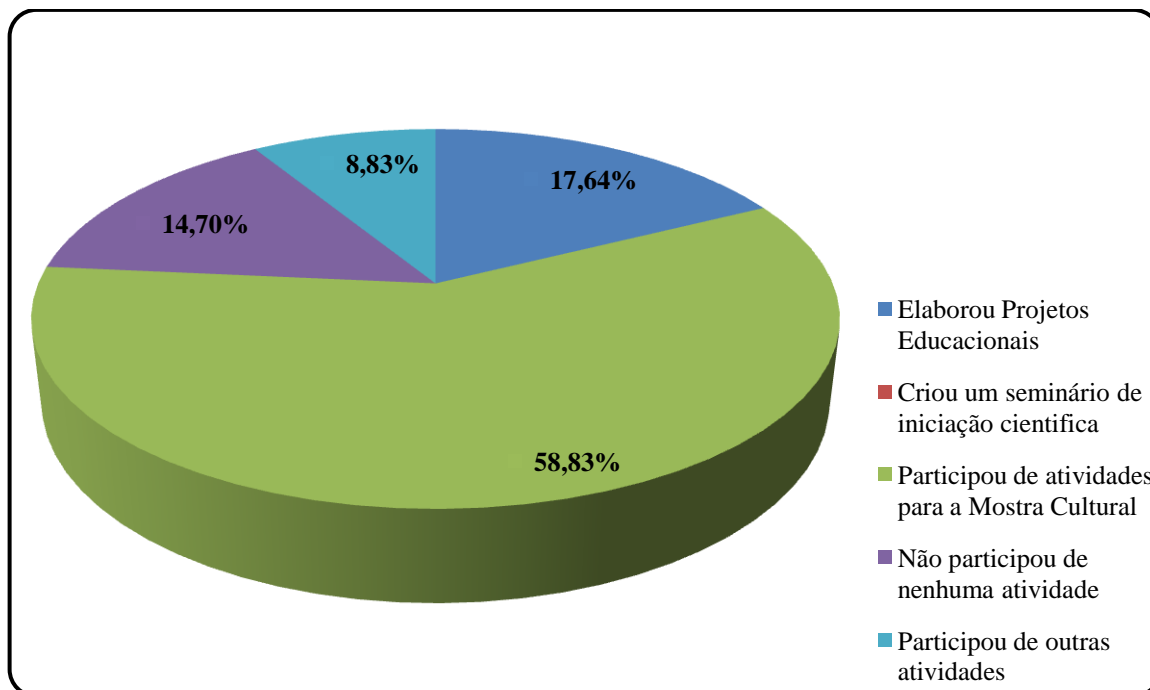


Gráfico 6. Planejamento e execução das atividades extraclases  
 Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Ilustra o gráfico que 58,83% dos professores alegaram que participam de atividades para Mostra Cultural; 17,64% elaboraram projetos educacionais; 14,70% não participaram de nenhuma atividade extracurricular; e, 8,83% participaram de outras atividades. A participação em planejamentos e execução de atividades extracurriculares é importante para que o mesmo tenha uma formação holística e sistêmica do educando. Deve estar atento ao diálogo interdisciplinar, manter um diálogo com as demais ciências e crenças religiosas<sup>161</sup>.

O gráfico 7 dispõe os resultados quanto o ato de orientar os alunos no hábito de estudar.

<sup>161</sup> POLIDORO, Lurdes de Fátima; STIGAR, Robson. O ensino religioso em face do Projeto Político Pedagógico. Ciberteologia, Revista de Teologia & Cultura, ano 3, n.18, 2009, p.3.

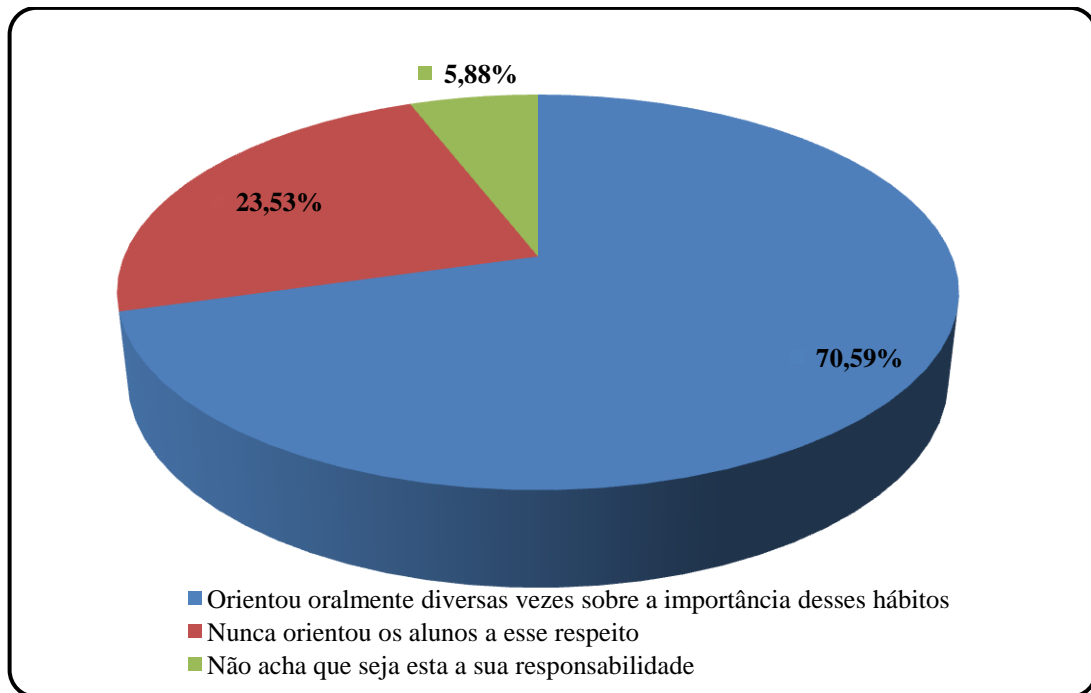


Gráfico 7. Orientação dos alunos para a formação de hábitos de estudo  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Conforme gráfico, 70,59% dos professores orientam oralmente os alunos a respeito da importância em formar hábitos de estudos. 23,53%, nunca orientou, e 5,89% não acha que tem essa responsabilidade.

O gráfico 8, dispõe os resultados referentes a tomadas de decisões junto à equipe técnica pedagógica



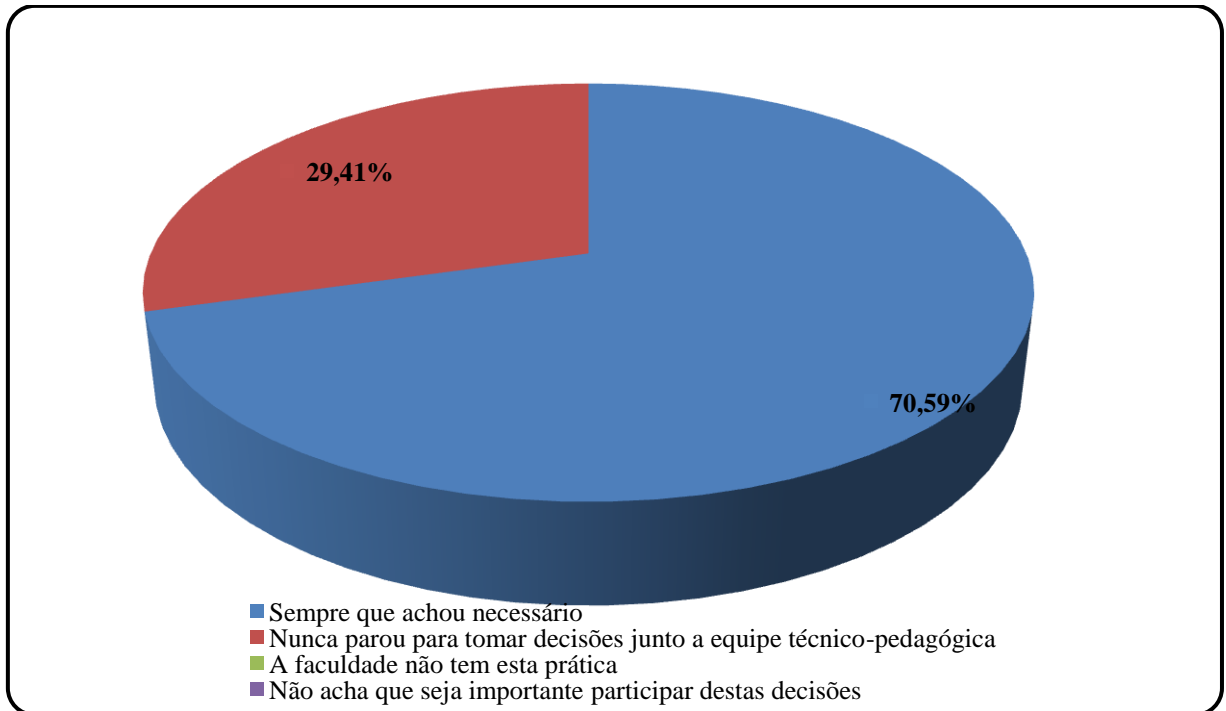


Gráfico 8. Tomada de decisões pedagógicas junto à equipe técnica pedagógica  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

O gráfico ilustra que 70,59% dos professores sempre achou necessário tomar decisões junto com a equipe técnica pedagógica; 29,41%, nunca fez isso. Para o professor de ER, sua atuação é igualitária a qualquer outra disciplina, tendo com isso, atuação junto a equipe técnica pedagógica. Considerando que a disciplina também é parte da gestão e comprometimento do processo de ensino, e está integrado ao currículo da escola.

O gráfico 9 refere-se ao resultado ao método de avaliação de modo diversificado.

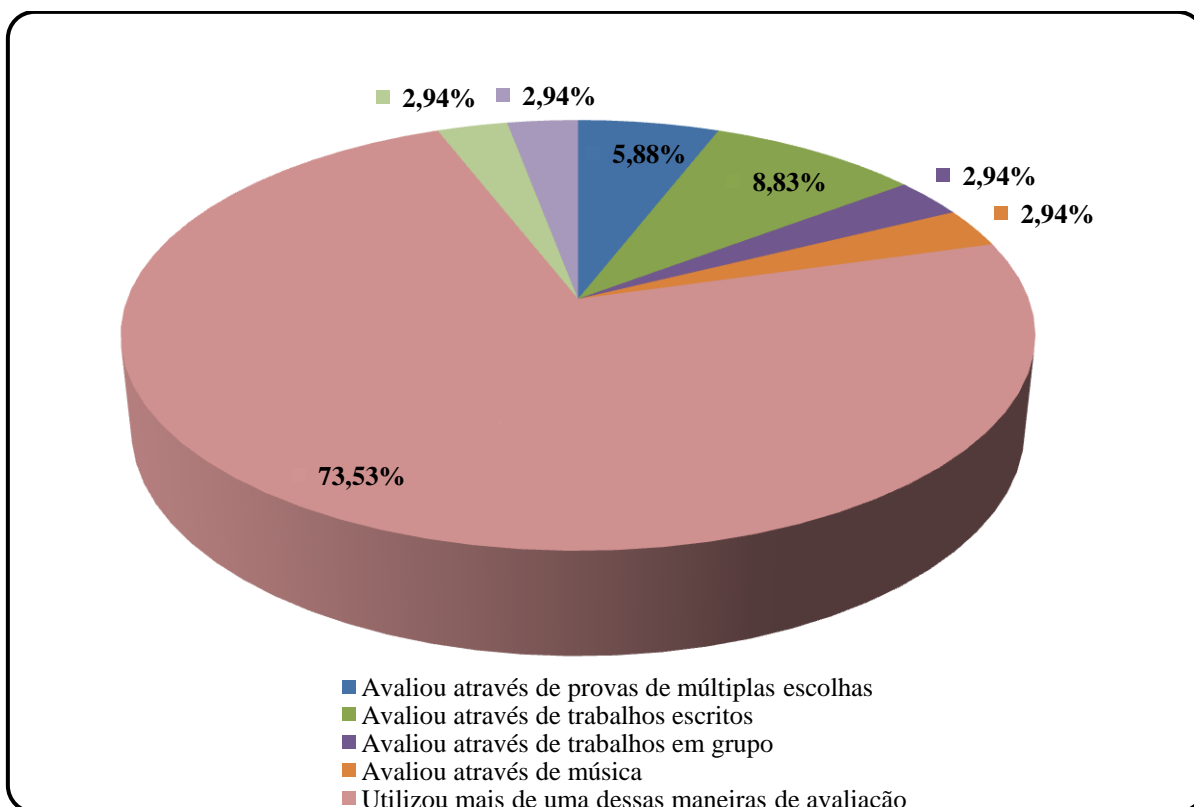


Gráfico 9. Avaliação diversificada

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

De acordo com o gráfico, 73,53% dos professores, mais de uma maneira de avaliação de modo diversificado; 8,83% avaliou por meio de trabalhos escritos; 5,88%, avaliou através de provas de múltiplas escolhas; 2,94%, avaliou por meio de outros métodos. Os professores de ER podem contribuir, por meio da discussão pedagógica, para uma formação que tenha como sujeito o ser humano integral e esteja interessada não apenas em sua aquisição e aperfeiçoamento do conhecimento cognitivo, do raciocínio lógico, na preparação para o vestibular e/ou para uma futura profissão. A formação integral orienta alunos e alunas dando espaço para exercitarem a tolerância, a solidariedade, o engajamento social, a consciência democrática. A avaliação, neste caso, é somente uma parte da função da escola e não para o ER<sup>162</sup>.

O gráfico 10, refere-se a participação do professor em cursos de capacitação oferecido pela Prefeitura.

<sup>162</sup> STRECK, Gisela I. Waechter. A disciplina Ensino Religioso com adolescentes. Estudos Teológicos, v.44, n. 2, 2004, p.129.

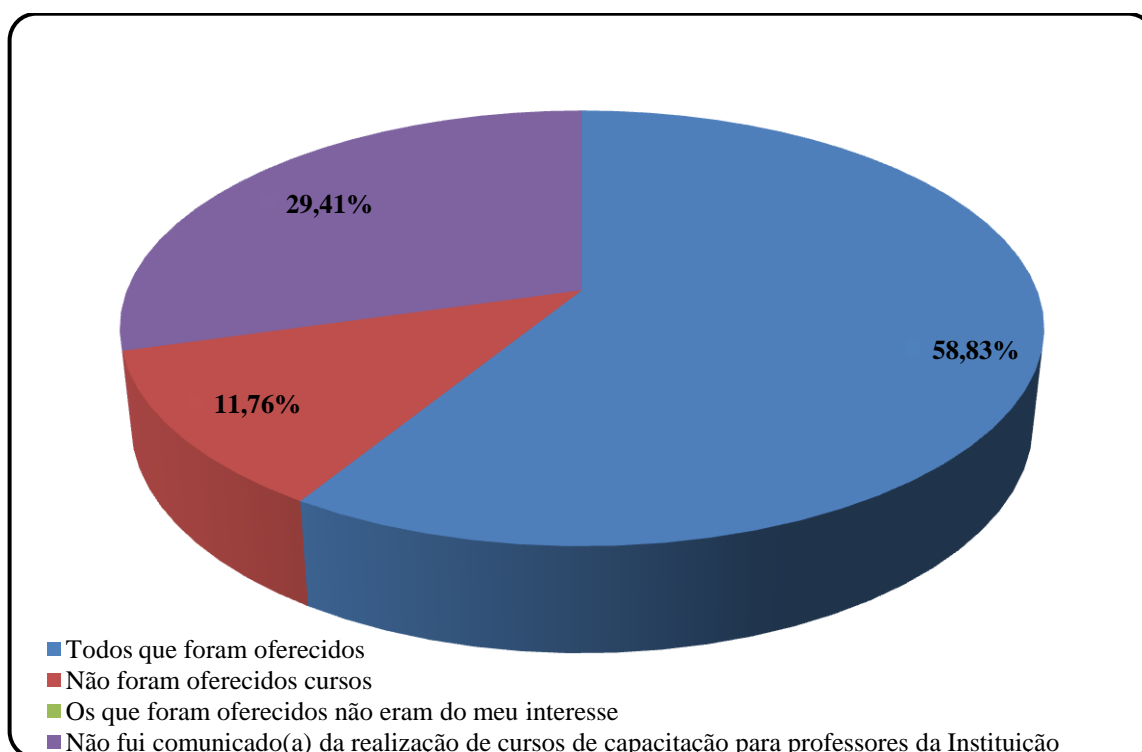


Gráfico 10. Participação de curso (s) de capacitação oferecido pela Prefeitura em 2013

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Como pode-se observar no gráfico, 58,83% dos professores participaram de todos os cursos de capacitação oferecidos pela prefeitura; 29,41% não foram comunicados a respeito da realização dos cursos, e 11,76%, não foram aos cursos.

No entanto, a capacitação tem como objetivo a atualização e qualificação dos professores com a finalidade de desempenho nas atividades com eficiência e eficácia, conhecendo-as, analisando-as e aceitando-as sem questionar. Esta concepção tem que acabar, pois reproduz a fragmentação, a memorização, a homogeneidade, entre outras.

Outra característica da qualificação da formação dos docentes é a formação continuada ou atualização que define como reformar a prática pedagógica dos professores. Nesse momento, os professores faziam o papel de multiplicadores, ou seja, os administradores acreditavam que os profissionais que recebiam a reciclagem poderiam repassar para os outros colegas, e assim multiplicando-a<sup>163</sup>.

O gráfico 11, dispõe dos resultados da participação do professor em congressos e seminários.

<sup>163</sup> PEREIRA; BEHRENS, 2008, p.4.

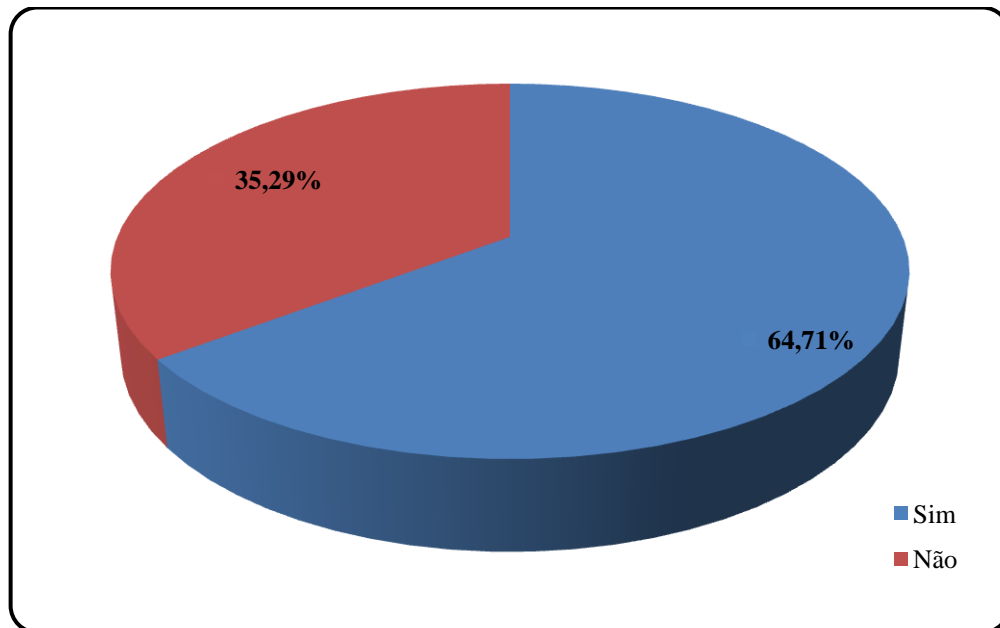


Gráfico 11. Participação em Congressos e Seminários  
 Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

64,71% dos professores participaram de congressos e seminários, e 35,29% não participaram. A participação de professores em congressos e seminários auxiliar para um melhor entendimento sobre as teorias do desenvolvimento humano demonstram, até mesmo porque, é importante o reconhecimento de que existe diferenças entre pessoas nas diversas faixas etárias que compõem a fase da vida, e até entre indivíduos com a mesma idade. As experiências, os relacionamentos, os desafios e estímulos do meio social, as respostas que cada pessoa dá, a aquisição de novas capacidades determinam diferentes níveis de desenvolvimento<sup>164</sup>. Essa característica é parte integrante para o professor de ER.

O gráfico 12 dispõe dos resultados quanto ao questionamento se o professor é dispensado pela escola para a formação continuada.

<sup>164</sup> STRECK, 2004, p.125.

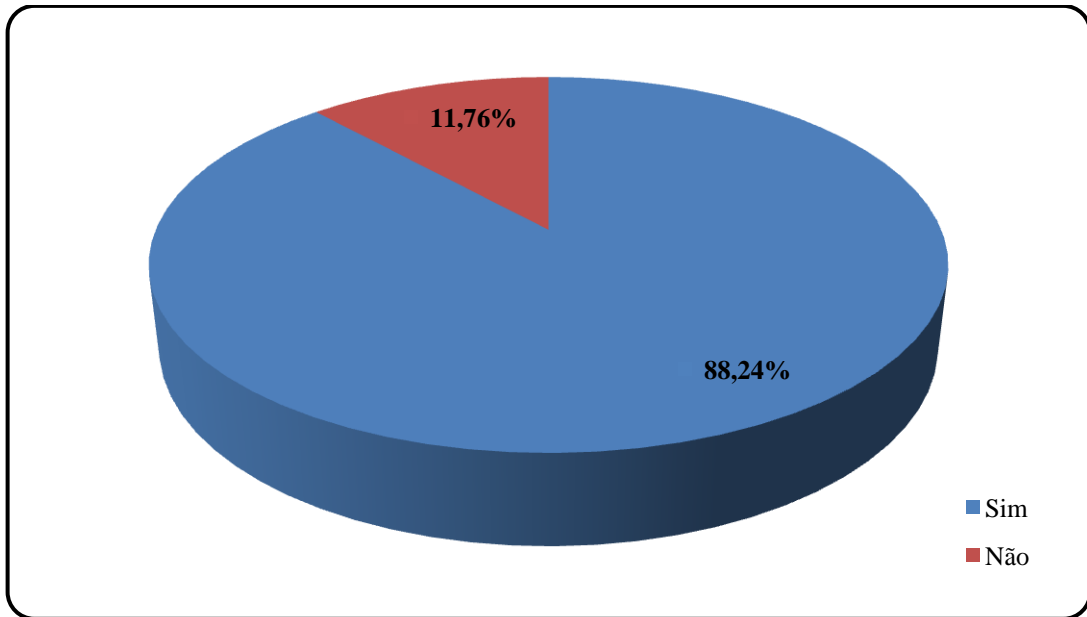


Gráfico 12. Dispersão da escola para participar de Formação Continuada  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

88,24% dos professores relataram que a escola dispensa quando há necessidade de participar de formação continuada; 11,76% negaram. É importante que a escola fortaleça junto com o professor pela busca por uma formação continuada e especialização; e deve-se levar em consideração que o ER hoje possui postura inovadora, onde o aluno não será contemplado dentro da sua denominação religiosa. Com isso, os professores dessa disciplina precisam passar por uma formação multicultural e multiconfessional, respeitando as diferenças culturais existente na instituição que faz parte.

O gráfico 13 refere-se ao método de ensino utilizado pelo professor.

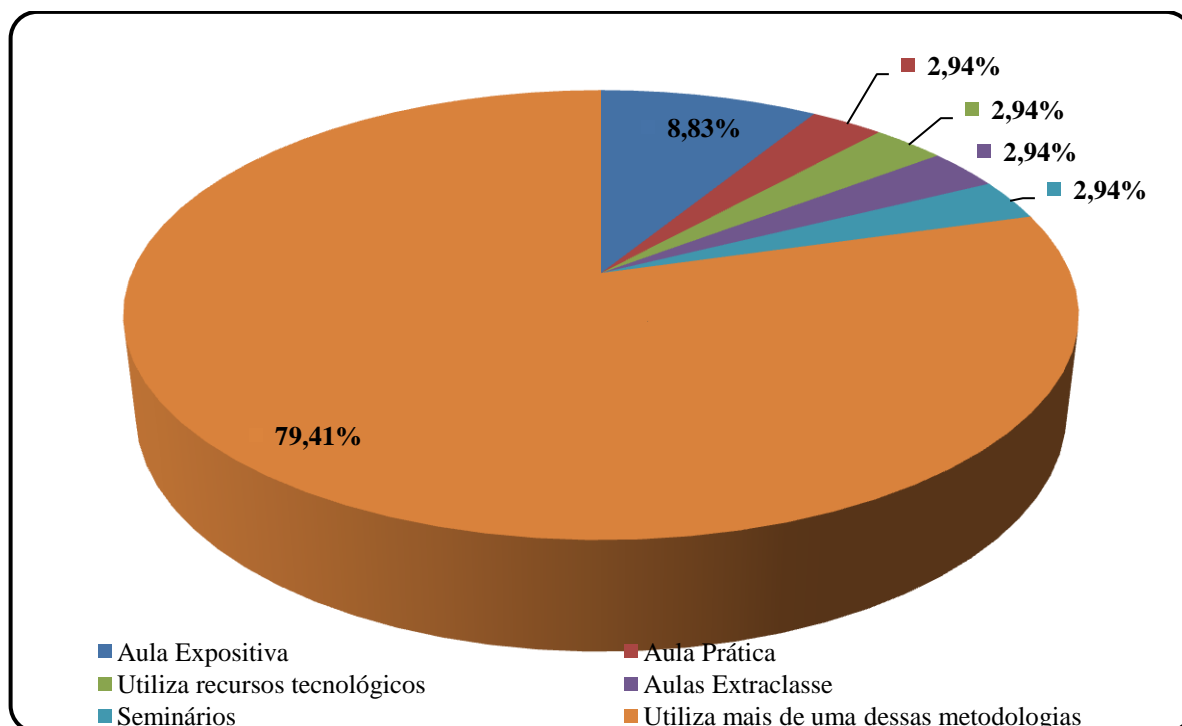


Gráfico 13. Metodologia de ensino utilizada em sala de aula  
 Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

O gráfico ilustra que 79,41% dos professores utilizam mais de uma metodologia de ensino na didática de ER; 8,83%, utilizam aulas expositivas; e 2,94% deles seminários, aulas extraclasse, aula prática, biblioteca. O tipo de metodologia utilizada na disciplina de ER deve abranger diálogo entre os alunos, abordando questões relacionadas aos objetivos da disciplina, ao planejamento de conteúdo, à realidade de adolescentes e à metodologia que deveria ser utilizada em sala de aula<sup>165</sup>.

O gráfico 14 refere-se ao questionamento quanto ao motivo que levou o professor a avaliar de modo negativo o aluno em relação à disciplina.

<sup>165</sup> STRECK, 2004, p.130.

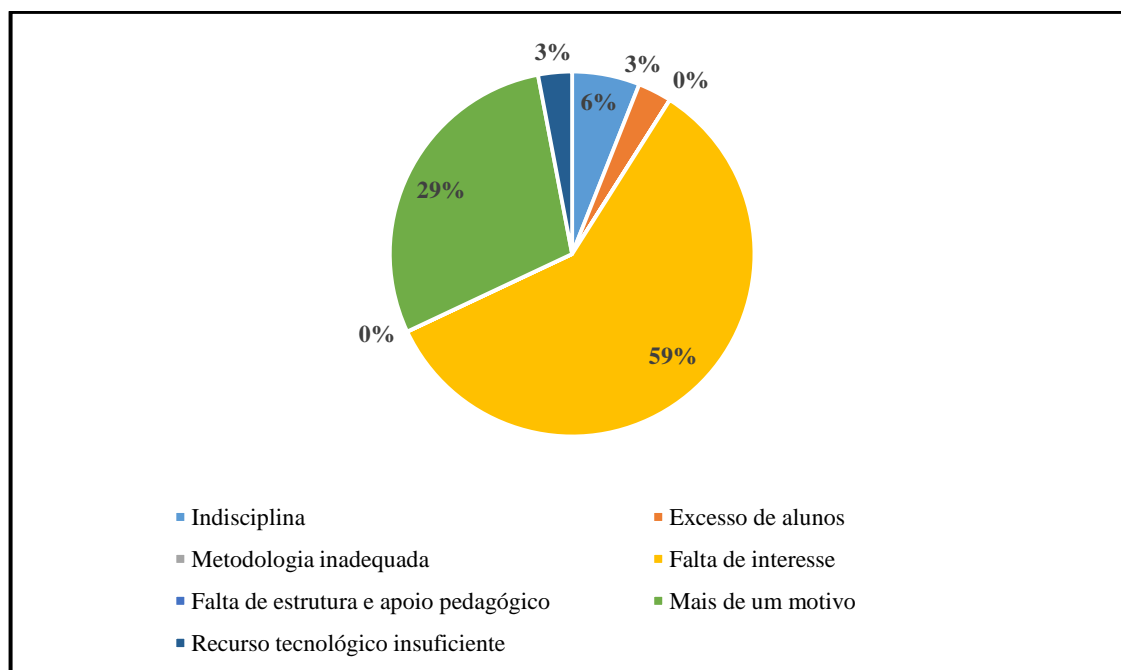


Gráfico 14. Motivo que considera contribuir para uma avaliação negativa dos alunos em relação ao Ensino Religioso

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

O gráfico ilustra que 59% dos motivos que levam ao professor a avaliar de modo negativo o aluno é a falta de interesse; 29% existe mais de um motivo; 6% a indisciplina; 3% refere-se a insuficiência de recurso tecnológico e o excesso de alunos em sala de aula. A falta de interesse pode ser explicada pelo caráter facultativo da disciplina, por implicar o livre arbítrio da pessoa em realizar ou deixar de realizar algo que lhe é proposto<sup>166</sup>.

O gráfico 15 refere-se aos resultados apurados quanto a necessidade de propor a elaboração de uma didática inovadora na perspectiva de minimizar as dificuldades do processo de ensino e aprendizagem do ER na rede pública de Cariacica.

<sup>166</sup> CURY, 2004, p.189.

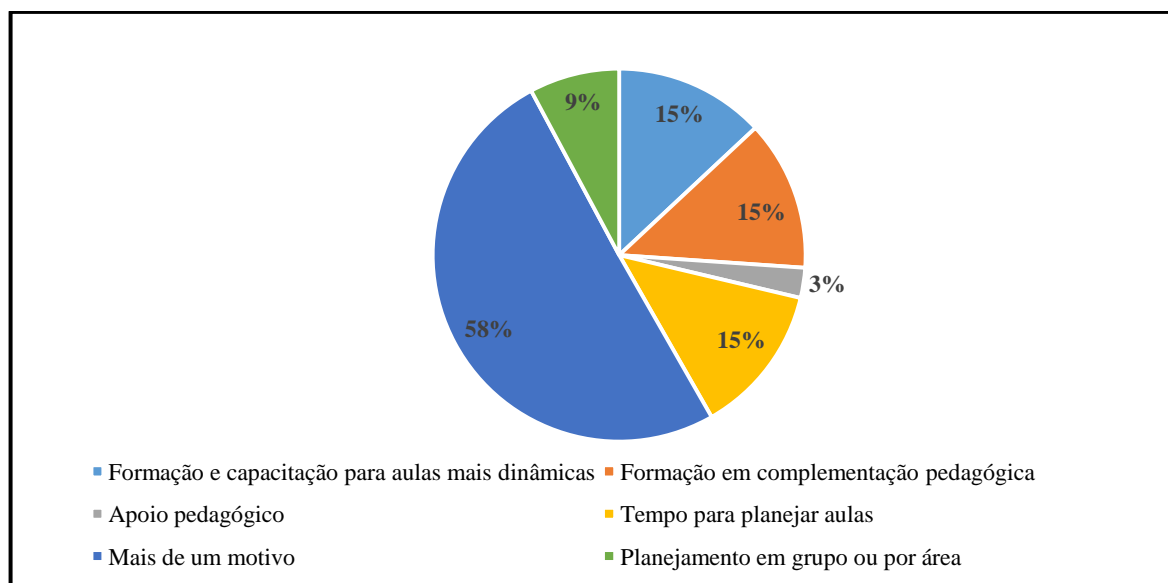


Gráfico 15. Necessidade de laboração de uma didática inovadora que busque minimizar as dificuldades do processo ensino-aprendizagem de Ensino Religioso na Rede pública de Cariacica

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

O gráfico ilustra que, 58% dos professores alegaram que existe mais motivos para que se busque uma didática inovadora; 15% apontaram que faltam: formação em complementação pedagógica aos professores, capacitação e formação para ministrar aulas mais dinâmicas; e 3% responderam que falta apoio pedagógico por parte da escola.

Ressalta-se que, em toda aplicabilidade didática do ER deve ser adaptada ao contexto e à realidade dos alunos, dos docentes, da escola. Para isso, faz-se necessário examinar as motivações profundas de uma ação pedagógica. Uma dada experiência, baseada em tais motivações, pode, portanto servir de inspiração, motivar outras propostas, levantar debates e não restritamente propor técnicas fechadas<sup>167</sup>.

O gráfico 16 refere-se ao questionamento se o professor acredita que o ensino de ER na escola estudada pode ser melhor.

<sup>167</sup> BORTOLINI, 2009, p.66-67.



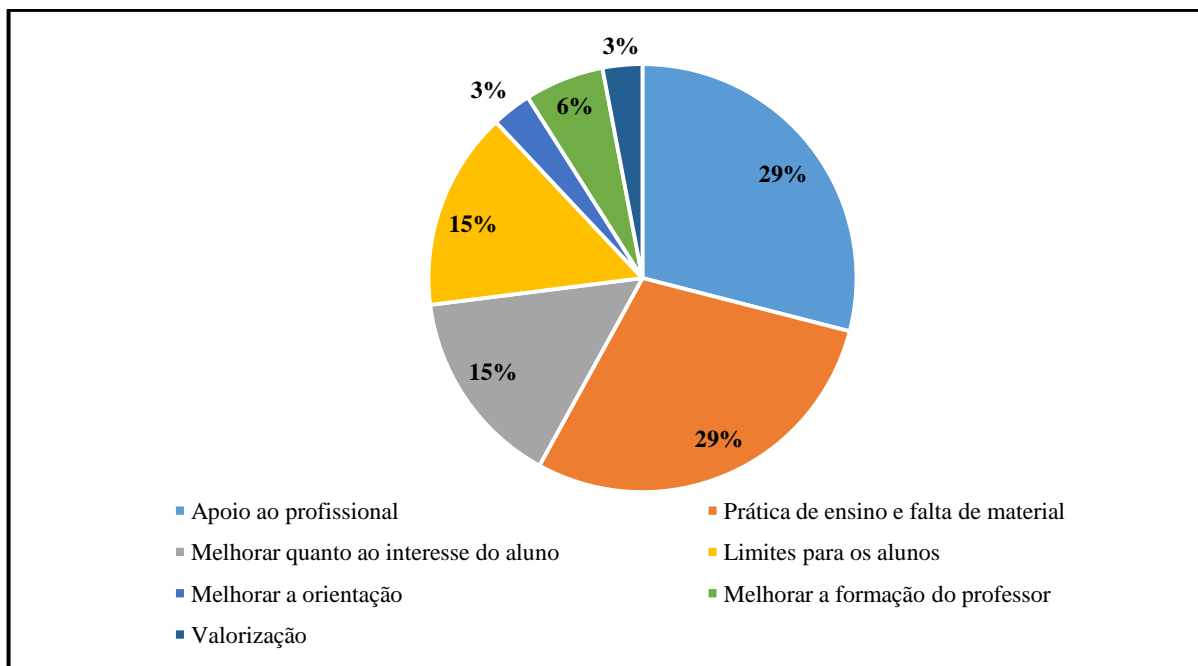


Gráfico 16. Opinião do professor em relação a melhoria do ensino da disciplina ER no município de Cariacica  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Salienta Libâneo<sup>168</sup> que, “como mediador, o educador deve propiciar condições favoráveis para a apropriação crítica, criativa, reflexiva, significativa e duradoura do conhecimento, condição para o exercício consciente e ativo da cidadania”.

A implantação do ER na escola estudada resume-se a visão de alguns professores que a disciplina poderia atuar com um recuso para enfrentar os problemas de indisciplina e conflitos no ambiente escolar sendo em parte uma solução emergencial para o clima de desagregação dos princípios de solidariedade e convivências sociais.

## 5.2 Entrevistas com os alunos

As entrevistas realizadas com os 154 alunos, do 6º ao 9º ano, da EMEF – Hilário Vieira da Silva de Cariacica-ES, com relação a idade, obteve-se o seguinte resultado.

O gráfico 17, ilustra os dados apurados quanto ao costume de estudar em casa.

<sup>168</sup> LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 28.

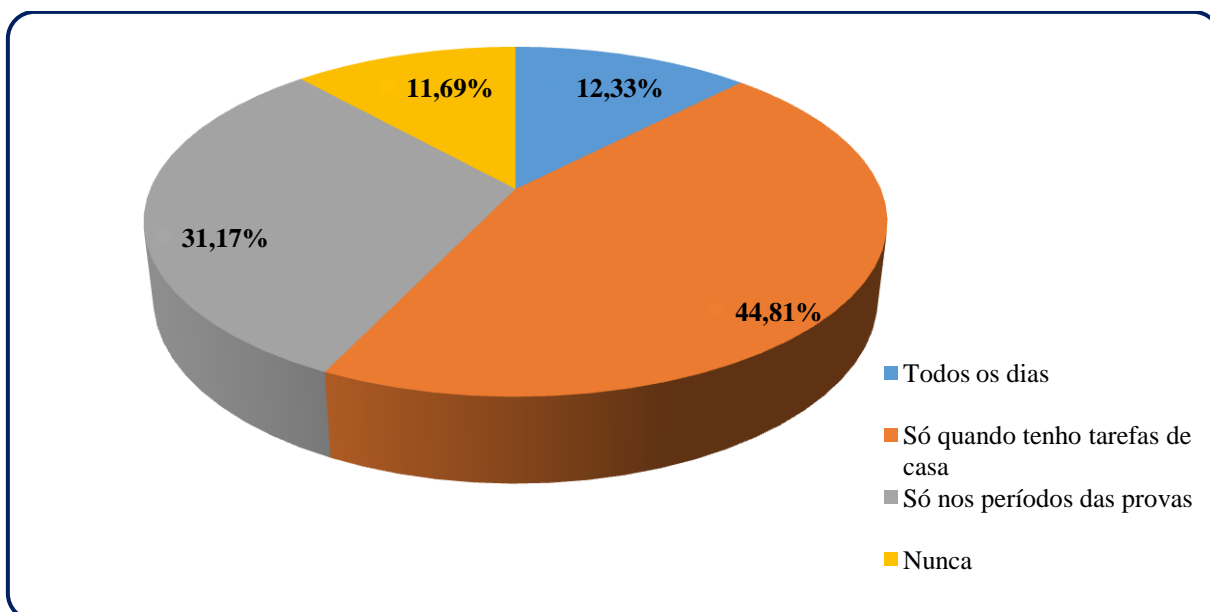


Gráfico 17. Costume do aluno em ter horário certo para estudar em casa

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

O gráfico 17 ilustra os dados apurados quanto ao questionamento se o aluno tem horário fixo para estudar em casa, foi possível verificar que, 44,81% relataram que só estudam em casa quando tem tarefas de casa; 31,17% só nos períodos das provas; 12,33% estuda todos os dias; e 11,69% nunca estuda.

O gráfico 18, refere-se ao questionamento se o aluno faz alguma atividade de ER ou lê algo do assunto em casa.

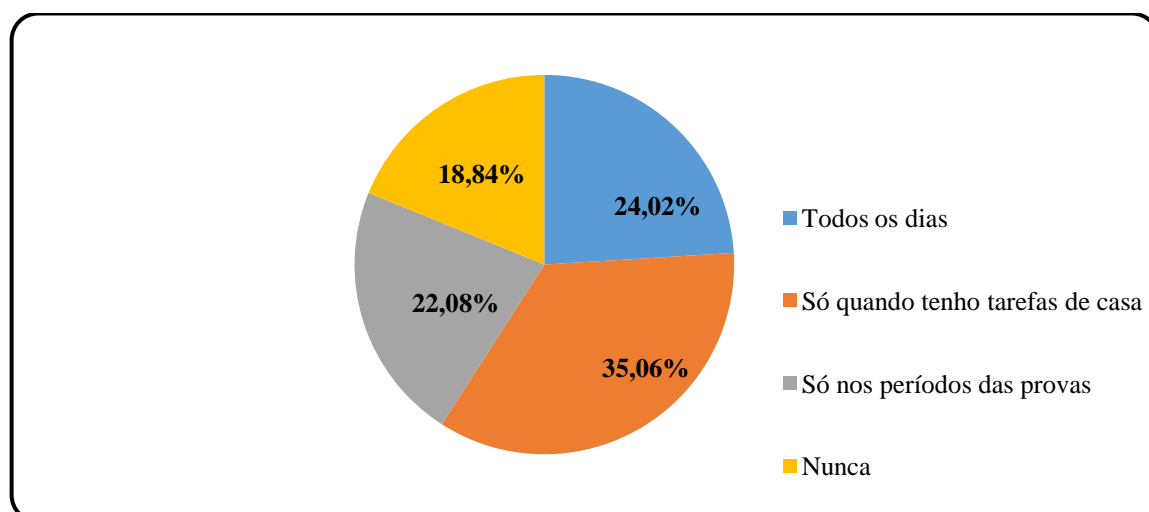


Gráfico 18. Faz alguma atividade de Ensino Religioso ou lê algo da área em casa

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

De acordo com o gráfico, 35,06% dos alunos só leem quando tem tarefas de casa; 24,02% lê todos os dias; 22,08% só lê nos períodos das provas; e por fim constatou-se que

18,84% nunca lê ou estuda em casa.

Para motivar o aluno, o professor não deve restringir apenas o ensinar, sua atuação deve ir além do espaço de sala de aula, a capacitação do professor deve permitir que ele seja consciente em todos os espaços educacionais. Existe a necessidade de se romper com a concepção da escola “apenas” com um espaço para se ensinar<sup>169</sup>. O diferente faz o aluno interagir, motivar-se, torna-o curioso.

O gráfico seguinte, dispõe dos dados apurados no questionamento, se o aluno gosta ou não da disciplina ER.

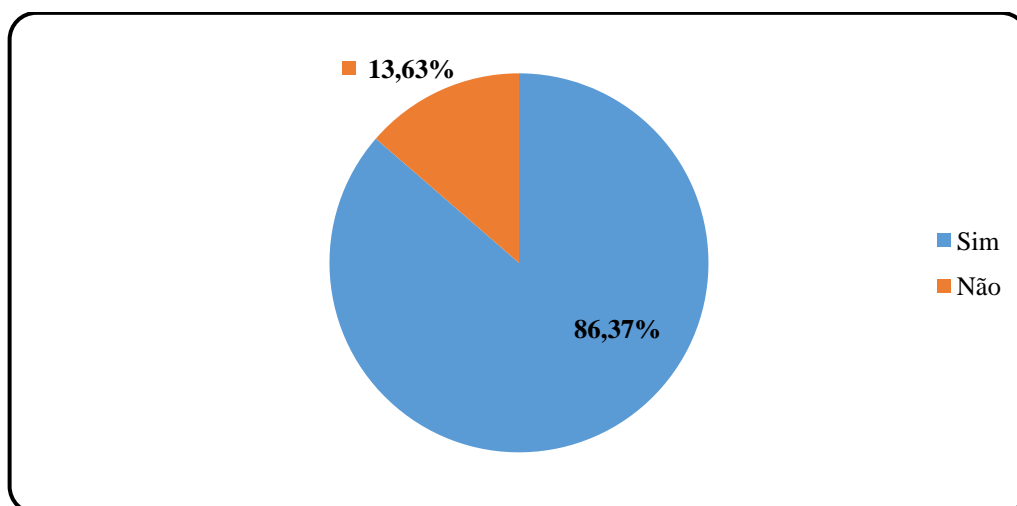


Gráfico 19. Gosta da disciplina Ensino Religioso  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

De acordo com o gráfico, 86,37% dos entrevistados gosta da disciplina ER; 13,63% disseram não gostar, e mais interessante ainda, é que na EMEF Hilário Vieira da Silva, não há aluno que tenha pedido dispensa da disciplina ou que não assistem a aula. Acrescenta-se que os alunos destacaram o fato de que a disciplina é boa para o ensino da cidadania e dos valores morais. Deixa evidenciado ainda a necessidade que se tem de aprender os princípios religiosos voltados para a valorização do ser humano e de Jesus Cristo.

O gráfico 20, refere-se ao questionamento do motivo pelo qual o aluno não gosta da disciplina ER.

<sup>169</sup> CRISTIANO; BERNARDI; KRUG, 2010, p.1

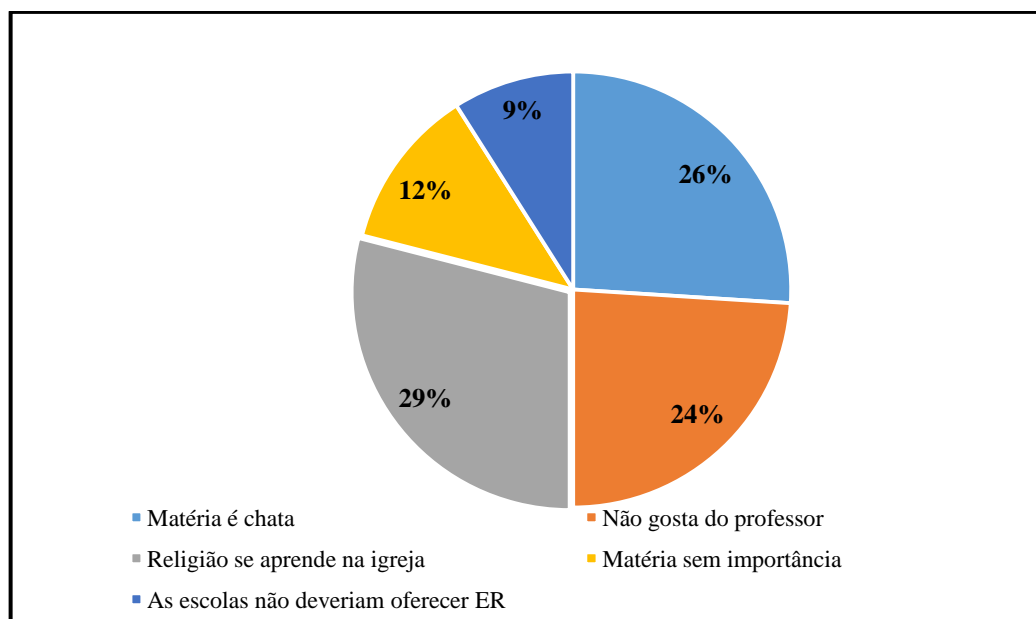


Gráfico 20. Por que não gosta da disciplina Ensino Religioso

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Ao serem questionados porque não gostam da disciplina ER, verificou-se que 29% dos alunos responderam que religião se aprende na igreja; para 26% acham a matéria chata; 24% não gosta do professor; 12% é uma matéria sem importância; 9% as escolas não deveriam oferecer essa disciplina.

Observa-se uma falta de interesse e persuasão por parte dos alunos, com isso, deve-se atentar ao fato de que a formação do professor não deve se reduzir a uma questão técnica, mas deve abranger múltiplos saberes e dimensões da vida humana no âmbito cultural, intelectual, corporal, afetiva, social, ética, estética. A formação de professores em educação deve constituir-se em um projeto de responsabilidade social.

Segue-se com o gráfico referente ao questionamento se o aluno aprende mais nas aulas de ER quando:

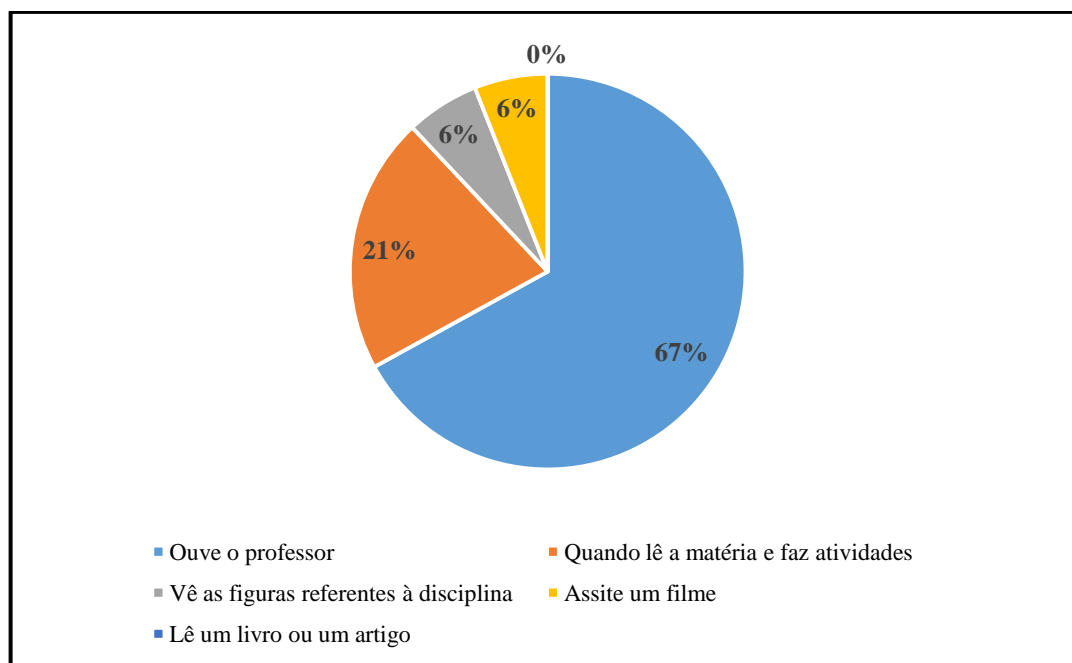


Gráfico 21. Melhor aprendizagem no ER  
Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

De acordo com os alunos entrevistados, eles aprendem mais nas aulas de Ensino Religioso quando: 67% quando ouve o professor falar; 21% quando lê a matéria e faz as atividades; e 6% quando vê as figuras referentes à matéria estudada e 6% quando assiste a um filme. O aprendizado dos alunos é significativo. A maioria destaca que o aprendizado é melhor quando o professor explica a matéria e passa vídeos demonstrando os valores morais trabalhados.

O gráfico 22, dispõe os resultados apurados quanto a pergunta de quando o aluno se sente melhor ao ser avaliado.

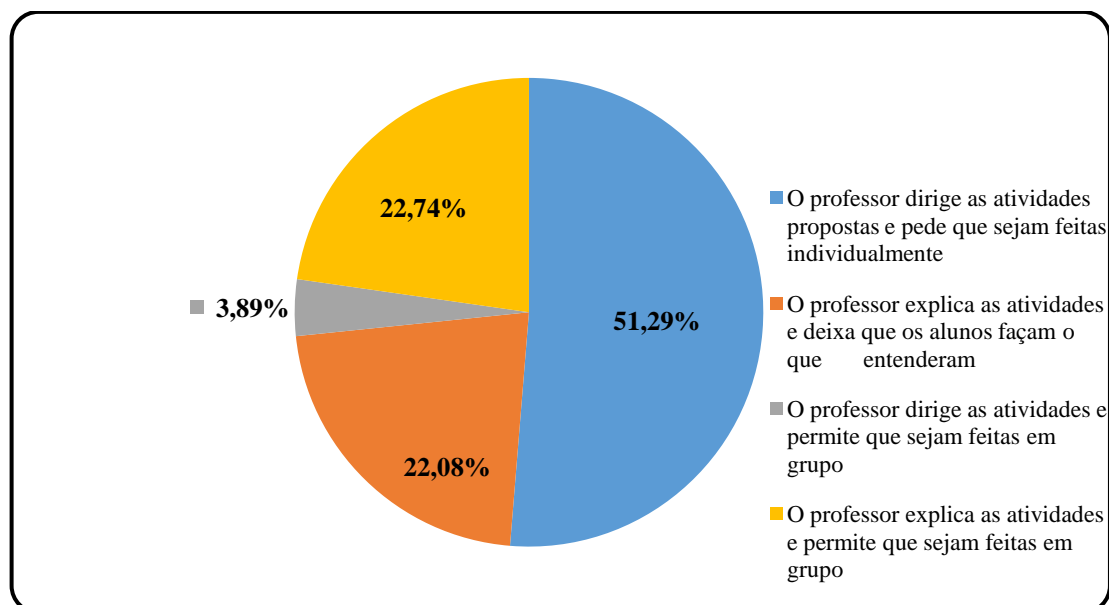


Gráfico 22. Sentimento do aluno em relação a avaliação feita pelo professor de ER  
 Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

O Gráfico 22 ilustra que, 51,29% dos alunos sente-se bem avaliado quando o professor dirige as atividades propostas e pede que sejam feitas individualmente; 22,74% quando o professor explica as atividades e permite que sejam feitas em grupo; 22,08% quando o professor explica as atividades e deixa que os alunos façam o que entenderam; e por fim, 3,89% quando o professor dirige as atividades e permite que sejam feitas em grupo.

Quanto à avaliação ela ocorre de maneira regular. O professor segue a programação pedagógica da escola, onde o 1º e o 2º trimestre valem 30 pontos e o 4º trimestre 40 pontos. Estes pontos são distribuídos entre trabalhos em grupo e individual e avaliação escrita. O que se verificou é que em relação aos alunos, na escola estudada foi notada na maioria nos casos uma grande aceitação da disciplina na grade curricular, pois seria um fator a mais de conhecimento.

A escola, por exemplo, pode promover atividades em grupo (envolvendo alunos e professores e demais funcionários) para que os participantes entrem em contato com o hábito de tomar decisões em grupo com a participação efetiva dos envolvidos no processo, para que também possam experimentar formas de ações democráticas dentro de uma visão de cidadania planetária<sup>170</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>170</sup> VON, Cristina. Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo. São Paulo: Petrópolis, 2003, p.56.

Atualmente vive-se numa sociedade na qual os princípios bíblicos estão esquecidos, bem como a troca de valores, deterioração dos padrões morais e a decadência da família. Em meio a tal situação o Ensino Religioso pode desempenhar um papel importante; como o estímulo da consciência da Dignidade Humana.

A universalidade de uma discussão tendo como base o respeito à pluralidade de posições e opiniões diante do religioso, consiste numa essência que viabiliza o ER. É notório que a família e a Igreja constituem-se espaços mais relevantes para que tenha reflexão sobre o assunto. A problemática existente está no fato de que hoje vive-se em uma realidade, que mesmo com as limitações, a instituição escolar é um local onde se ocorrem discussões reflexivas acerca da pluralidade religiosa, com preceitos imprescindíveis à respeito da existência humana.

Pontua-se que as reflexões propostas pelo ensino que contemple a religiosidade, até mesmo para aqueles que fazem a opção para uma negação de sua religiosidade, permite esclarecer posições e uma autenticidade em sua integridade humana, podendo assim colaborar para a construção de uma sociedade melhor.

O conhecimento religioso não deve ser um aglomerado de conteúdos que visam evangelizar ou procurar seguidores de doutrinas, nem associado à imposição de dogmas, rituais ou orações, mas um caminho a mais para o saber sobre as sociedades humanas e sobre si mesmo.

Nessa condição, o ER torna-se um instrumento didático para a educação ao senso do simbólico, ao respeito para com o sagrado uns dos outros, incluindo o tempo sagrado, o espaço sagrado, os objetos sagrados, os ritos, interditos, interlocutores e a própria crença com seus referenciais simbólicos.

Observa-se que, ao abordar sobre a formação de professores para o Ensino Médio exige antes de mais nada, desvelar o significado do termo educação e ensino e sua implicação na escola regular. Neste sentido, visando a integração do aluno com sua realidade, estabeleceu-se a orientação educacional, prevendo uma reestruturação das escolas de maneira que passem a responder àquelas necessidades. No entanto, devem ser acomodados os estilos, ritmos de aprendizagem, reconhecendo-se a necessidade dos escolares e buscando a qualidade da educação.

Ao se realizar a análise dos gráficos, percebeu-se que relacionando o resultado da

pesquisa feita aos professores da escola, verificou-se um certo descontentamento por parte de alguns professores e grande aceitação por parte de outros. Os alunos relataram que sentem falta de interesse nas aulas mas destacou-se que ficam mais motivados quando o professor utiliza uma didática mais ilustrativa, com vídeos e exposições. O que revela que o interesse por parte do aluno existe mas há necessidade de romper a premissa de que ensinar deve ser apenas um espaço para ensinar. Ou seja, o professor deve envolver em suas aulas diferentes modos de saber e de ensinar, devem respaldar-se em práticas e didáticas diferentes, fazendo com que o aluno tenha curiosidade e busque por mais informações além do que é preconizado dentro da instituição escolar.

Observou-se nos dados apurados que o professor de ER não deve se distinguir de outros educadores tanto nas suas qualidades pessoais quanto nas suas competências profissionais. Em diálogo com as ideias desses autores, pode-se dizer que tanto as aulas de didática, as práticas de ensino e as oficinas pedagógicas, orientadas e acompanhadas, quanto as aulas de fundamentos da educação devem favorecer o processo de construção da identidade do professor que atua nas séries iniciais e capacitá-lo para o exercício da docência de qualidade.

A dificuldade dos professores de lidar com os alunos desinteressados e rebeldes e a sensação de perda de autoridade tem sido grande e generalizada. Assim as aulas de ensino da religiosidade, na prática passariam uma parte a ser justificada como uma ferramenta a mais nesta luta pelo fortalecimento do controle social e, consequentes preservações de autoridade. Outros professores que já possuem seu próprio conceito atestaram que a disciplina não deveria ensinar religião mas sim a família e a igreja e não a escola.

A disciplina religiosa nas escolas tem uma grande responsabilidade na vivência do pluralismo e tem sido sonhado como um espaço plural possível, ao encontro da fraternidade e unidade fundamental para a construção da cidadania.

Ainda que entre as religiões circulem diferentes concepções de cidadania, nos termos legais da regulamentação do Ensino Religioso Escolar encontramos a expressão “é parte integrante da formação básica do cidadão”, bem como sua inserção na vida escolar não mais como um corpo estranho derivado de alguma instituição religiosa. Nesse círculo místico que se estabelece entre diversas províncias de significado religioso, de áreas culturais diferentes, a síntese visível é feita pelo indivíduo e pelo grupo do qual se sente parte.

Outro destaque é o fato de que o ambiente do cotidiano escolar é palco de diferentes



relações sociais complexas e reflete a diversidade cultural presente em nosso meio social. Assim, diferentes maneiras de enxergar o mundo, estilos de vida, crenças, costumes, cores, etnias e todos os aspectos que compõem a cultura frequentam diariamente, as salas de aula.

Constatou-se através desse estudo, que a disciplina de ensino religioso é componente obrigatório no currículo da escola, e traz uma reflexão necessária para a formação do ser humano a partir das perspectivas e desafios contemporâneos. O fato é que com o ER pode tornar-se possível promover uma reflexão sobre o que seja essencial na relação: a abertura ao diálogo, a consciência da alteridade e a responsabilidade do viver. O ER nas escolas deve, antes de tudo, fundamentar-se nos princípios da cidadania e do entendimento do outro.

Ao estar em uma sala de aula e ministrar a disciplina de ER, cabe ao professor a busca por autonomia, didática de ensino que tenha foco no pensamento de cada aluno, fazendo com que haja interatividade grupal, participação das discussões, sempre atribuindo o respeito em relação à opinião dos demais alunos.

O professor deve estar atento à formação continuada, deve ser um conhecedor de opiniões, por meio de participação de seminários, congressos e palestras. Deve preconizar a motivação dos alunos, em buscar o motivo e o entendimento do que é religiosidade, com o intuito de atribuir reflexões e ações que objetivam configurar a contribuição e interesse de todos os envolvidos.

Em uma das didáticas oferecidas pelo professor, acima de tudo é importante buscar discutir o sentido da vida, preconizando que existe uma sensibilidade religiosa que serve de contributo para a formação humana. E envolver a família, da comunidade escolar, da comunidade religiosa e a comunidade filosófica.

Faz-se importante mencionar que a formação no novo professor de ER no município de Cariacica-ES deve ter por base as ciências da religião, assim, está de certa forma dentro dessa formação proposta mais abrangente. Hoje os conhecimentos se fundem e se complementam para formar uma ciência. Nenhum conhecimento se esgota em si mesmo, pois para ser construído e se desenvolver, apropria-se do conhecimento de outras ciências.

Por fim, assim dito, sendo analisada a sua contribuição como uma possibilidade de minimização desses problemas fazendo parte de uma educação solidamente fincada em direitos humanos, sendo trabalhada a ética, os valores e orientações para a vida, sem nenhum cunho doutrinário, levando o aluno a um conhecimento religioso e respeito às diversidades, pois só é possível de ser conquistada por meio do combate à qualquer forma de discriminação.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. *O paradigma da complexidade na formação e no desenvolvimento profissional de professores universitários*. Porto Alegre/RS, Ano XXX, n. 3 (63), p. 439-455, set./dez. 2007.
- BELLO, Elisângela. Religião é a forma de interpretar a realidade. *Jornal A Gazeta*, Vitória/ES, 30 jan., 2007.
- BERGER, Peter L.. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Religioso*. LDB – Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. 7.ed. São Paulo: Ave-Maria, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 17. ed. Atualizada pela EC 44 de 2004. Rio de Janeiro: DP&A, 2004b.
- BORTOLINI, Maria Regina. *A pesquisa na formação de professores: experiências e representações*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, 197f.
- CAMILO, Janaína. Ensino religioso na Escola Pública – uma mudança de paradigma. *Revista de Estudos da Religião*. N. 2.,2004, p. 26-36.
- CARNEIRO, Sandra M. C. de Sá. Liberdade Religiosa, Proselitismo ou Ecumenismo: controvérsias acerca da (re)implantação do ensino religioso nas escolas públicas do Rio de Janeiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Anais... Caxambu, ANPOCS, p. 2-28, 2004, p. 7.
- CARON, Lurdes. *O Ensino Religioso na Nova LDB*. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes. Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos, 1997.
- CORTELLA, Marcio Sergio. Educação, ensino religioso e formação docente. In. SENA, Luzia. *Ensino religioso e formação docente*. Ciências da religião e ensino religioso em diálogo. São Paulo: Paulinas, 2005. p.11-20.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez., nº 27, 183-191, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, *Educação em Revista*, nº 17, jun., 1993, p. 20-37.
- DELUMEAU, Jean. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- FERREIRA, Carlos Amauri. *Ensino religioso nas fronteiras da ética*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *O tema gerador no currículo de Educação Religiosa: o*

senso simbólico. Petrópolis: Vozes, 2000.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. *As Ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores para uma mudança educativa*. Lisboa: Porto Editora, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. O ensino religioso na escola. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v.5, n.16, p.121-145, set./dez., 2005.

GOULART, Michel Gonçalves. *Ensino Religioso na Educação Pública Brasileira*. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014, 31f.

GRUEN, Wolfgang. *O ensino religioso na escola*. Petrópolis: Vozes, 1995.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azeredo. História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso. Curitiba: Ibpex, 2008.

\_\_\_\_\_. *Processo de escolarização do Ensino Religioso*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* Novas exigências educacionais e profissão docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUI, Janayna de Alencar. *Em nome de Deus: um estudo sobre a implementação do ensino religioso nas escolas públicas de São Paulo*. Florianópolis: 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2006. p. 82.

MAIA, Fernanda Landolf. *Formação continuada e a prática pedagógica de professores universitários: continuidades e rupturas*. Dissertação de mestrado inédita, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2008,152f.

MALISKA, Marcos Augusto. *O direito à educação e a Constituição*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Aprenda a estudar: orientações metodológicas para o estudo*. 13.ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORAIS, Laraso; KRATZ, Lúcia. Relações interpessoais entre professor e aluno de graduação. In. Lúcia Kratz(Org.). *Docência universitária: múltiplos olhares na compreensão deste universo*. Goiânia: Kelps, 2009, p.56.

O'DEA, Thomas. *Sociologia da religião*. São Paulo: Pioneira, 1969.

OLIVEIRA, Heli Sabino. Educação de Jovens e Adultos e religiosidade: um estudo sobre as práticas religiosas católicas e pentecostais em espaços escolares. *Paidéia*, Belo Horizonte, Ano 6, n.7, p. 73-86 jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. A questão do ensino religioso na união européia. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n.17, p.127-138, jan./abr., 2006.

\_\_\_\_\_. A formação de docentes para o ensino religioso no Brasil: leituras e tessituras. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v.5, n.16, p.247-267, set.,dez., 2005.

Parâmetros Curriculares Nacionais. *Ensino Religioso*. LDB – Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. 7.ed. São Paulo: Ave-Maria, 2004.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

\_\_\_\_\_. Ensino religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In. SENA, Luzia (org). *Ensino religioso e formação docente*. Ciências da religião e formação docente. São Paulo: Paulinas, 2005, p.21-45.

PAULY, Evaldo Luis. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Revista Brasileira de Educação*, v.1, n.27, p.172-212, out. 2004.

POLIDORO, Lurdes de Fátima; STIGAR, Robson. O ensino religioso em face do Projeto Político Pedagógico. *Ciberteologia, Revista de Teologia & Cultura*, ano 3, n.18, p.01-05, 2009.

RAQUETAT JUNIOR, Cesar Alberto. *A implantação do novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas do estado do rio grande do sul: laicidade e pluralismo religioso*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, 153f.

REEBER, Michel. *Religiões: mais de 400 termos, conceitos e idéias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. *Formação e profissionalização docente*. Curitiba: Ibpex, 2007.

ROSE, Francis. Intolerância religiosa. *Jornal Estado de Minas*. 30 de set., 2006, p.04.

SANTOS, Vanderlei Siqueira dos. Formação de professores numa visão complexa com o auxílio de metodologias e dispositivos em interfaces online. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 10, n. 31, p. 521-540, set./dez. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, v.2, n.2, p.46-71, 1988.

SENA, Luzia. *Quais os modelos de ensino religioso no Brasil?* 2000. Disponível em <<http://www.presbiteros.com.br>>. Acesso em: 21 de set., 2014.

SCHERKERKEWITZ, Iso Chaitz. *O direito de religião no Brasil*. 2004. Disponível em <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista2/artigo5.htm>>. Acesso em 21 de dez., 2006.

SILVA, Maria Eliane Azevedo da; SOARES, Afonso Maria Ligorio. Formação docente e o Ensino Religioso: resultado preliminar de levantamento sobre teses e dissertações no Brasil. *Revista Pistis Praxis*, Teologia e Pastor, Curitiba, v.2, n. 2, p. 361-381, jul./dez. 2010.

STIGAR, Robson. Ensino Religioso: construção de uma proposta, *Revista Pistis Praxis, Teologia, Pastoral*, Curitiba, v.2, n.2, p.545-549, jul./dez. 2010.

SOARES, Maria Isolina de Castro. Leitura e práticas de pesquisa. In: MEDEIROS, Ilalza Maria da Conceição; LOURENÇO, Eliana Maria da Silva Madeira; FARINI, Luzimara de Souza Cordeiro. *Diálogos sobre a educação profissional e tecnológica: saberes, metodologia e práticas pedagógicas*. Vitória/ES: UFES, 2011, p.71-97.

SOARES, Sandra Regina; CUNHA, Maria Isabel da. *Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade*. Salvador: UDUFBA, 2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al.. *Projeto político-pedagógico*. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2005.

STRECK, Gisela I. Waechter. A disciplina Ensino Religioso com adolescentes. *Estudos Teológicos*, v. 44, n. 2, p. 125-137, 2004.

SZEUCZUK, Anderson. Das origens do ensino religioso no Brasil: a sua implementação nas escolas estaduais do Paraná. *Revista Analecta*, Guarapuava, Paraná, v.11, n.2, p.41-54, jul., dez., 2010.

TORRES, Marco Antônio. Cidadania e vida religiosa consagrada. In: CESAR, Castilho Pereira (org). *Análise institucional na vida religiosa consagrada*. Belo Horizonte, 2005.

VON, Cristina. *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Petrópolis, 2003.

WERNECK, Vera Rudge. *O Eu Educado: uma teoria da educação fundamentada na fenomenologia*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 2002.

## ARTIGOS ELETRÔNICOS

BRASIL. *Lei de Diretrizes Básicas*. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19475.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19475.htm)>. Acesso em 28 de out., 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei n. 9475/97*. 2012. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127108/lei-9475-97>>. Acesso em 26 de out., 2014.

CAETANO, Maria Cristina; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. *Ensino Religioso: sua trajetória na educação brasileira*. 2011. Disponível em: <[www.sbhe.org.br/.../Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20A](http://www.sbhe.org.br/.../Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20A)>. Acesso em 16 de out., 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA. *Conheça Cariacica*. 2012. Disponível em: <<http://www.camaracariacica.es.gov.br/exibir.aspx?pag=conheca>>. Acesso em 26 de out., 2014.

COSTA, Antonio Max Ferreira da. *Um breve histórico do ensino religioso na educação brasileira*. 2009. Disponível em: <[www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.4.pdf)>. Acesso em 21 de out., 2014.

CRISTINO, Ana Paula da Rosa; BERNARDI, Ana Paula; KRUG, Hugo Norberto. *Ensinar é o mesmo que ser professor? Reflexões sobre a formação de professores e as mudanças educativas*. 2010. Disponível em: <[www.unifra.br/.../ensinar%20e%20o%20mesmo%20que%20ser](http://www.unifra.br/.../ensinar%20e%20o%20mesmo%20que%20ser)>. Acesso em 26 de out.,

2014.

DIAS, Erika Pereira. *A contribuição das ciências da religião para o Ensino Religioso*. 2012. Disponível em: <[www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/499/327](http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/499/327)>. Acesso em 05 de out., 2014.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. *Escolha profissional e prática docente: o discurso de professores do ensino superior privado*. 2008. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt04/t046.pdf>>. Acesso em 26 de out., 2014.

FERRAZ, Lara Sayão Lobato de A.. *Religião se aprende na escola*. 2005. Disponível em <<http://www.hottopos.com/mirand16/laragp.htm>>. Acesso em 14 de out., 2014.

FISCHMANN, Roseli. Escolas públicas e ensino religioso subsídios para a reflexão sobre o Estado laico, a escola pública e a proteção do direito à liberdade de crença e de culto. In: *Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, julho de 2004. Disponível em <[www.comciencia.br/200407/reportagens/09.shtml](http://www.comciencia.br/200407/reportagens/09.shtml), 2004> Acesso em 20 de jan., 2007.

GUIMARÃES, Arthur. Ensino religioso: lição de tolerância. *Nova Escola*. Edição Nº 167, novembro de 2003. Disponível em <[http://novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/167\\_nov03/html/religiao](http://novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/167_nov03/html/religiao)>. Acesso em 12 de dez., 2006.

INCONTRI, Dora. Ensino Religioso sem Proselitismo. É Possível? *Portal do Espírito*. 2003. Disponível em <<http://www.espirito.com.br/portal/artigos/diversos/religiao/ensino-religioso.html>>. Acesso em 10 de out., 2014.

\_\_\_\_\_; BIGHETO, Alessandro César. *Ensino inter-religioso: teoria e práticas*. 2000. Disponível em <<http://pedagogiaespirita.org.br/texto/16.htm>>. Acesso em 20 de out., 2014.

KAPPEL, Irma Beatriz Araújo. Vozes e sentidos no discurso institucional legal do ensino religioso. *Revista de História e Estudos Sociais*. Jul./agost./set., 2006. vol.3, Ano III, nº 3. Disponível em <[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)> Acesso em 20 de jan., 2007.

LINS, Maria Judith Sucupira da Costa. *Educação Religiosa*. 2004. Disponível em <<http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero2/artigos/mjudith.pdf>>. Acesso em 12 de jan., 2007.

LOPES, Maria das Graças Queiroz. A educação religiosa como proposta para a formação de uma juventude na escola pública. *Educação Pública*. 2007. Disponível em <[http://www.educacaopublica.rj.gov.br/discutindo/discutindo.asp?cod\\_per=25](http://www.educacaopublica.rj.gov.br/discutindo/discutindo.asp?cod_per=25)>. Acesso em 20 de jan., 2007.

MAKIYAMA, Matilde Tiemi. *O ensino religioso*. 2004. Disponível em: <[http://www.hottopos.com/videtur4/o\\_ensino\\_religioso.ht](http://www.hottopos.com/videtur4/o_ensino_religioso.ht)>. Acesso em 26 de out., 2014.

PEREIRA, Liandra; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Os paradigmas educacionais: formação e desenvolvimento dos docentes universitários*. 2008. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/852\\_375.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/852_375.pdf)>. Acesso em 26 de out., 2014.

ROSAS, Vanderlei de Barros. *O ensino religioso nas escolas*. 2001. Disponível em <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei2.htm>>. Acesso em: 20 de set., 2014.

SOTTOMAIOR, Daniel. *Ensino religioso nas escolas: qual deus?* 1985. <<http://acoruja.haaan.com/book/print/85>>. Acesso em 20 de set., 2014.

VALLE, Nadja do Couto. *Sobre o ensino religioso*. 2005. Disponível em <[www.radioriodejaneiro.am.br/anx/imprensa/17\\_NCV\\_Ensino%20Religioso.pdf](http://www.radioriodejaneiro.am.br/anx/imprensa/17_NCV_Ensino%20Religioso.pdf)>. Acesso em 20 de out., 2014.

WACHS, Manfredo Carlos. *A didática do ensino religioso: contribuições para a formação de professores em curso normal*. 2011. Disponível em: <<http://www.gper.com.br/newsletter/fa1b7308099ce0871fc6f705aba8176a.pdf>>. Acesso em 16 de out., 2014.

**APÊNDICE 1 - Roteiro da entrevista com os Alunos****1. Você costuma ter horário certo para estudar em casa**

- Todos os dias
- Só quando tenho tarefas de casa
- Só nos períodos das provas
- Nunca

**2. Você faz alguma atividade de Ensino Religioso ou lê algo da área em casa?**

- Todos os dias
- Só quando tenho tarefas de casa
- Só nos períodos das provas
- Nunca

**3. Gosta da disciplina Ensino Religioso?**

- Sim
- Não

**4. Por que não gosta da disciplina Ensino Religioso?**

- A matéria é chata
- Não gosto do professor (a)
- Religião se aprende na Igreja
- É uma matéria sem importância
- As escolas não deveriam oferecer essa disciplina

**5. Você aprende mais nas aulas de Ensino Religioso quando:**

- Ouve o (a) professor (a) falar
- Lê a matéria e faz as atividades
- Vê as figuras referentes à matéria estudada
- Assiste um filme sobre o assunto
- Lê um livro ou um artigo sobre o tema estudado
- Faz um teatro sobre o assunto

**6. Você sente que está sendo bem avaliado pelo professor de Ensino Religioso quando:**

- O professor dirige as atividades propostas e pede que sejam feitas individualmente



- ( ) O professor explica as atividades e deixa que os alunos façam o que entenderam
- ( ) O professor dirige as atividades e permite que sejam feitas em grupo
- ( ) O professor explica as atividades e permite que sejam feitas em grupo

**APÊNDICE 2 – Roteiro da entrevista com os Professores****1. Escolaridade**

- Nível Superior
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutorado

**2. Por que você exerce a atividade de professor de Ensino Religioso?**

- Boa Remuneração
- Estabilidade
- Facilidade de Emprego
- Vocação
- Falta de opção
- Outra

**3. Qual o nível de satisfação em relação ao Magistério da disciplina Ensino Religioso?**

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

**4. Você concorda com o Ensino Religioso implementado nas escolas públicas de Cariacica?**

- Concordo
- Discordo
- Não conheço a proposta de Ensino Religioso do município

**5. Você acha que as escolas de Cariacica quanto ao Ensino Religioso, estão cumprindo com sua missão?**

- Sim
- Não
- Em parte

**6. Planejou e executou atividades extraclases?**

- Elaborou Projetos Educacionais
- Criou um seminário de iniciação científica
- Participou de atividades para a Mostra Cultural
- Não participou de nenhuma atividade
- Participou de outras atividades

**7. Orientou os alunos na formação de hábitos de estudo?**

- Orientou oralmente diversas vezes sobre a importância desses hábitos
- Nunca orientou os alunos a esse respeito
- Não acha que seja esta a sua responsabilidade

**8. Tomou decisões pedagógicas junto à equipe técnica pedagógica?**

- Sempre que achou necessário
- Nunca parou para tomar decisões junto a equipe técnico-pedagógica
- A Escola não tem esta prática
- Não acha que seja importante participar destas decisões

**9. Procurou avaliar diversificadamente?**

- Avaliou através de provas de múltiplas escolhas
- Avaliou através de trabalhos escritos
- Avaliou através de trabalhos em grupo
- Avaliou através de música
- Utilizou mais de uma dessas maneiras de avaliação
- Apresentação de trabalhos
- Seminários

**10. Participou de curso (s) de capacitação oferecido pela Prefeitura em 2013?**

- Todos que foram oferecidos
- Não foram oferecidos cursos
- Os que foram oferecidos não eram do meu interesse
- Não fui comunicado(a) da realização de cursos de capacitação para professores da Instituição

**11. Participou de Congressos e Seminários?**

- sim
- Não

**12. A escola onde atua dispensa para participar de Formação Continuada?**

- Sim
- Não

**13. Qual a metodologia de ensino utilizada em sala de aula?**

- Aula Expositiva
- Aula Prática
- Utiliza recursos tecnológicos
- Aulas Extraclasse
- Seminários
- Utiliza mais de uma dessas metodologias
- Biblioteca

**14. Qual motivo você considera contribuir para uma avaliação negativa dos alunos em relação ao Ensino Religioso?**

- Indisciplina
- Salas com excesso de alunos
- Metodologia utilizada é inadequada
- Falta de interesse dos alunos
- Falta de estrutura da Escola e apoio pedagógico
- Mais de um desses motivos acima
- Recurso tecnológico insuficiente

**15. O que é necessário para propor a elaboração de uma didática inovadora que busque minimizar as dificuldades do processo ensino-aprendizagem de Ensino Religioso na Rede pública de Cariacica?**

- Formação e capacitação do professor para aulas mais dinâmicas
- Formação em Complementação Pedagógica aos professores que não possuem
- Apoio pedagógico da escola
- Maior tempo para planejar as aulas

- ( ) Mais de um desses motivos acima
- ( ) Planejamento em grupo ou por área

**16. O que você acredita que precisa melhor em relação ao Ensino da disciplina Ensino Religioso no município de Cariacica?**

---

---

---